

3.3.5 TURISMO

3.3.5.1 CARACTERIZAÇÃO DE USOS TURÍSTICOS NA APAMLS

O turismo pode ser considerado como vetor de desenvolvimento econômico e social, especialmente em um ambiente extremamente propício, como é o território das Áreas de Proteção Ambiental Marinhas (APAMs) do Estado de São Paulo, podendo contribuir para o efetivo incremento da qualidade de vida e do uso sustentável dos recursos e atrativos existentes. Todavia, a ocupação excessiva do litoral, a exploração sem controle dos recursos, além da oferta de equipamentos e serviços de maneira desordenada, trazem o risco de prejuízos ao ambiente natural e também para turistas e moradores locais, em especial às comunidades autóctones.

A região do litoral sul do Estado de São Paulo onde está inserida a APA Marinha do Litoral Sul (APAMLS) tem um histórico relativamente recente relacionado ao segmento turístico, tanto da busca por parte dos turistas, como de mobilização e ações para se organizar as atividades de turismo em diferentes segmentos, de maneira que este diagnóstico parte de dados e relatórios de gestão, bem como, da efetiva participação social indicando seus anseios e preocupações, haja vista a realização de diversas oficinas durante a elaboração do Diagnóstico Participativo (DP) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Por outro lado, é uma realidade nacional a falta de dados específicos e do monitoramento da atividade, cuja situação será apresentada como lacunas de conhecimento, com indicação de diretrizes para que, no curto prazo, os dados sejam coletados e avaliados, buscando-se sempre o melhor cenário para os destinos turísticos relacionados à APAMLS e áreas de entorno.

De forma geral, o modo tradicional de turismo em São Paulo se baseia no modelo sol e praia. Consequentemente, a Baixada Santista tornou-se um local de muita procura durante o período de férias por ser de mais fácil acesso da metrópole paulista, no entanto, não tem suportado o grande número de frequentadores. Sendo assim, novas alternativas de lazer foram procuradas, como as praias do litoral sul, onde se localizam a cidade de Ilha Comprida (JUNIOR *et. al.*, 2016), Iguape e Cananeia, pertencentes ao território da APAMLS. Segundo o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Cananeia-Iguape-Peruibe (APA-CIP), o turismo na região estuarina adjacente à APAMLS baseia-se fortemente em atividades náuticas, como a pesca amadora, o turismo de observação de cetáceos, passeios de escuna, *jet ski*, *stand up*, entre outros. No entanto, no território da UC, propriamente dita, essas atividades ainda são pouco significativas e se encontram em fase de aparente expansão.

Nesse contexto, o turismo figura como uma alternativa em expansão, em Cananeia e Iguape, e como a principal atividade geradora de renda da Ilha Comprida (MACHADO & MENDONÇA, 2007). Em Ilha Comprida, por ser um município de emancipação recente (início da década de 1990), a tradição pesqueira é apenas um reflexo do que ocorreu em Iguape e Cananeia (MENDONÇA, 2015). Dias e De Oliveira (2015) afirmam que segundo informações da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, este é o município do Litoral Sul que recebe o maior número de visitantes nos meses de alta temporada. De acordo com Becegato (2007), em altas temporadas de veraneio a população normal de aproximadamente 10 mil habitantes aumenta para cerca de 150 mil e as infraestruturas urbanas são incapazes de suportar este formidável aumento momentâneo de sobrecarga.

Além do turismo, outros empreendimentos que colaboraram para os processos de povoamento na região foram atividades relacionadas à especulação imobiliária, por meio da venda de lotes e terrenos. A

Prefeitura Municipal de Cananeia informa em seu portal web que com o incremento do turismo, a infraestrutura hoteleira, de restaurantes e de serviços está em franco desenvolvimento fazendo com que a cidade já desponte como a capital gastronômica do Vale do Ribeira (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANEIA, s.d.), além de ser núcleo urbano (assim como Iguape) tombado pelo Patrimônio Histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente, a economia de Iguape tem como base a pesca da manjuba, no período de setembro a abril e o turismo, principalmente eventos religiosos (festa de Bom Jesus de Iguape no final de julho a início de agosto), bem como a pesca amadora.

Para Dias (2012), a atividade turística torna-se força propulsora do desenvolvimento regional, porém o aspecto destrutivo e predatório do turismo que é observado em outros setores da costa paulista é repetido, embora em menor escala, no Litoral Sul. Nesse sentido, Araripe *et. al.*, (2008) afirmam que o parcelamento do território da Ilha Comprida é algo próximo de 100%, fruto da especulação imobiliária iniciada na década de 1950. Atualmente, no território da Ilha Comprida há dois padrões gerais de organização do espaço: no vértice N/NE com prevalência da urbanização e dos processos decorrentes da sua expansão; e no S/SW, onde, predominam comunidades tradicionais ou áreas isoladas com baixa densidade de construções. Em certa medida, a coexistência de ambas nutre-se da unidade proporcionada pelo poder público e pela economia local, onde são marcantes as atividades de comércio, serviços, extrativismo e pesca – atravessadas por investimentos voltados para o turismo, lazer e segunda residência (CAMPOS, 2013).

Com base nessa abordagem conceitual da caracterização geral relacionada ao turismo na região passaremos a descrever os usos turísticos e as potencialidades e boas práticas, contemplando especialmente as contribuições apresentadas no Diagnóstico Participativo da APAMLS (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), elaborado com o objetivo de relatar o processo de desenvolvimento participativo dos diferentes atores sociais, relacionados ao segmento turístico, residentes e/ou atuantes na APAMLS. O **Mapa de Atividades Turístico Recreativas da APAM Litoral Sul** apresenta as atividades turísticas da APAMLS.

3.3.5.1.1 Atividades de sol e praia

O turismo do litoral sul de São Paulo é popular utilizando, sobretudo, a segunda residência (ou secundária) — como de hospedagem — caracterizando um turismo de lazer e recreação. Na Ilha Comprida o turista faz passeios, mas seu principal objetivo é usufruir das belezas naturais e da praia. A permanência dos turistas na área é curta, quase metade deles fica apenas dois ou três dias no local e outra parte passa menos que 24 horas. Este último é chamado de excursionista que não usa nenhum meio de hospedagem, traz sua própria alimentação e seu transporte é coletivo, isto é, o ônibus. Na verdade, é um turista que gasta muito pouco na cidade e degrada bastante, deixando grande quantidade de lixo (QUEIROZ & PONTES, 1999).

A Ilha Comprida que, ainda possui praias relativamente limpas, é bastante procurada para turismo de sol e praia. Segundo a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) a estância balneária de Ilha Comprida representa uma das últimas regiões litorâneas do Estado de São Paulo onde os ecossistemas se encontram relativamente pouco perturbados e/ou poluídos (ALMEIDA, 2008). A **Figura 3.3.5.1.1-1** ilustra a Praia do Boqueirão em Ilha Comprida.

Figura 3.3.5.1.1-1 – Orla da Praia do Boqueirão Sul – Ilha Comprida.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Como já foi dito anteriormente, estima-se que nos períodos de alta temporada turística, entre os meses de dezembro e fevereiro, o fluxo turístico aumente consideravelmente o número de habitantes no município de Ilha Comprida, podendo chegar a 10 vezes o tamanho populacional da cidade. Essa enorme quantidade de pessoas concentra-se basicamente na área denominada “Boqueirão Norte”, local em que fica a sede do município e que concentra o maior número de atividades direcionadas ao turismo de sol e praia.

Alguns prestadores de serviços oferecem passeios de recreação náutica e passeios e trilhas que levam a locais de interesse turístico tanto na área da orla como nas áreas estuarinas.

Especificamente na comunidade caiçara de Pedrinhas - Ilha Comprida, o turismo de pesca é bastante procurado ao longo do ano, enquanto o turismo de praia torna-se mais presente durante a temporada de verão. A atividade turística é hoje uma das principais fontes de trabalho e renda da vila, o que dista das práticas dos primeiros moradores, atestando que de fato o turismo exerce uma influência direta na reprodução do modo de vida (TEIXEIRA *et. al.*, 2010).

O turismo de sol e praia praticado no município de Iguape concentra-se na comunidade caiçara da Barra do Ribeira e apresenta as mesmas características daquele que ocorre em Ilha Comprida, ou seja, recebe turistas interessados em atividades de lazer e recreação, bem como, alguns que mantêm casas de segunda residência na comunidade. O aumento no número de pessoas nessa localidade durante os períodos de alta temporada também é considerável, mas ainda não mensurado numericamente. De acordo com Ykemoto (2007), a população que vivia na Barra do Ribeira, que também executava atividades ligadas à agricultura e à pesca, sofreu grandes impactos quando o turismo começou a ser explorado na região, pois não eram capacitados profissionalmente e se sentiram excluídos do processo. O turismo era movimentado apenas por veranistas (segunda residência), que acabaram sendo os principais responsáveis pelo incremento do comércio e outras atividades relacionadas ao turismo na região, sendo que foram os mais beneficiados pela atividade turística, e que poucas vezes contratavam a mão de obra local.

Em Cananeia, o turismo de sol e praia ocorre principalmente nas comunidades tradicionais caiçaras residentes no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Contudo, por se caracterizar mais como uma prática relacionada ao turismo de base comunitária, a mesma será descrita no item específico para esse tema.

Vale citar, que essa modalidade turística também vem ocorrendo de modo crescente na Ilha do Bom Abrigo, embora seja considerada uma prática irregular pelo fato de se tratar de área militar, em que somente é permitido para a salvaguarda de navegação e como abrigo em condições climáticas e meteorológicas adversas. O acesso a essa ilha está associado ao turismo náutico, dando a possibilidade

ao visitante de usufruir de uma praia existente nesse local. Tratativas entre a APAMLS, Prefeitura Municipal de Cananeia, ICMBio e Marinha estão em andamento para que o turismo venha a ser reconhecido e regulamentado pelas Unidades de Conservação, em conjunto com o Município.

O verão concentra a maior frequência de atividades de turismo de sol e praia nessa ilha, embora também ocorra o turismo de pesca amadora (irregular, conforme Portaria SUDEPE nº 04-N de 12 de março de 1987), apesar de o inverno ser mais piscoso. Entre dezembro e fevereiro, segundo piloteiros de Porto Cubatão, ocorrem mais de 30 viagens por mês para a Ilha do Bom Abrigo, havendo viagens quase que semanalmente, com mais passeios no carnaval, fim de ano e feriados. Todas as atividades turísticas ocorrem com mais frequência no verão, no entanto, o tipo de atividade na ilha muda ao longo do ano, havendo mais turistas para visita à ilha no verão, e no inverno ocorre apenas pesca amadora. Em relação à quantidade de pessoas que frequentam a ilha, foi relatado nas entrevistas que em períodos de alta temporada há dias que a ilha recebe em torno de 80 pessoas (BIOAUSTRAL, 2015).

O uso turístico da ilha segue alguns perfis que mudam ao longo do ano. Na alta temporada de verão é mais comum a visita por turistas que vêm de outros municípios e hospedam-se em hotéis ou pousadas e buscam o turismo de praia. Esse turista vai à Ilha do Bom Abrigo em geral com barqueiros que prestam serviços turísticos regulares em Cananeia e Porto Cubatão. Ao longo do ano, ocorre a visita por parte de turistas que moram no município ou na região. Em geral, esses visitantes chegam à ilha com barqueiros que são conhecidos próprios, mas que não costumam prestar serviços formalizados para turistas. A atividade também é focada no entretenimento de praia. Ainda há um grupo de visitantes que possui casa de veraneio e/ou barcos sediados em Cananeia. Essas pessoas contratam piloteiros de sua confiança ou da marina em que guardam seus barcos. Esse público tem mais interesse em pesca amadora, compreendendo parte dos pescadores amadores que frequentam a Ilha do Bom Abrigo. Normalmente os turistas e pescadores amadores vão e voltam de seu passeio no mesmo dia, no entanto, houve informações de que esporadicamente alguns visitantes, que possuem embarcação própria ou contratam embarcações apenas para levá-los para a ilha, ficam acampados por alguns dias na ilha. Durante a visita as atividades mais realizadas são banho de mar e uso da praia, os turistas sobem pela trilha para visitar o farol com menor frequência. (BIOAUSTRAL, 2015).

De forma geral, esses dados vão de encontro com o que foi constatado nas oficinas para elaboração do Diagnóstico Participativo, ou seja, de que o turismo náutico na área da APAMLS não é muito praticado e se relaciona ao transporte de turistas que contratam serviços de barqueiros locais para visitar algumas praias da Ilha do Cardoso ou a Ilha do Bom Abrigo. Havendo também algumas embarcações que quando contratadas por turistas, os levam para passar o dia no Bom Abrigo. Existindo na Ilha Comprida uma escuna que faz passeio da Ilha Comprida para Cananeia, estando em seu roteiro uma parada na Ilha do Bom Abrigo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Figura 3.3.5.1.1-2 – Ilha do Bom Abrigo.



Figura 3.3.5.1.1-3 – Praia do Boqueirão Sul.



Fonte: Acervo APAMLS (<http://www.ambiente.sp.gov.br/apa-marinha-do-litoral-sul/galeria-de-fotos/>)

3.3.5.1.2 Turismo Náutico e de Pesca (Pesca Amadora)

Em termos conceituais, o turismo náutico abrange a maioria das atividades realizadas na APAMLS, por ser entendido, segundo o Ministério do Turismo (2006) como: aquele que se “caracteriza pela utilização de embarcações náuticas como finalidade da movimentação turística”, envolvendo cruzeiros (de longo curso e de cabotagem) e passeios, excursões e viagens via quaisquer tipos de embarcações náuticas para fins turísticos. Já a movimentação turística ocorre quando os deslocamentos pressupõem a efetivação de atividades turísticas, como oferta de serviços, equipamentos e produtos, e operação e agenciamento, transporte, hospedagem, alimentação, recepção, recreação e entretenimento, eventos ou outras atividades complementares.

Na APAMLS quase não se pratica o turismo náutico contemplativo, em que o atrativo é o próprio passeio embarcado para observação da paisagem e/ou de exemplares da fauna e flora locais. As embarcações são utilizadas, principalmente para acessar áreas que atendam a outros objetivos turísticos como a pesca amadora/esportiva ou o turismo de sol e praia já descritos no tópico anterior.

De forma geral, o turismo náutico na região sul de São Paulo teve início na década de 1970, sendo, a princípio dedicado exclusivamente à atividade de pesca amadora/esportiva (FILLA, 2009). Nesse sentido, destacamos que a categoria “pesca amadora” foi citada no Diagnóstico Participativo (DP) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) e aqui consideraremos a sua forte aproximação com o turismo de pesca esportiva para ampliar a análise desse segmento na região. Segundo Filla (2009), os turistas também podem ser separados de acordo com uso que fazem das embarcações, ou seja, divididos em pescadores esportivos, que vêm exclusivamente para a pesca e eventualmente trazem a família e que fazem uso das garagens náuticas tanto para alugar quanto para guardar suas próprias embarcações; aqueles que realizam passeios de escunas ou voadeiras das comunidades; aqueles que têm embarcações próprias e garagens náuticas particulares e aqueles que geralmente não fazem uso de nenhum tipo de embarcação, exceto pela balsa que liga as ilhas de Cananeia e Comprida (FILLA, 2009).

Atualmente, verifica-se que a pesca amadora movimenta um número expressivo de pessoas na região. Muitas vezes as pescarias ocorrem em áreas de preservação, com restrição e/ou proibição de captura de peixes, e também sem respeito às cotas de pescado estabelecidas legalmente.

Na APAMLS, a pesca amadora é permitida nas praias de Ilha Comprida, Ilha da Figueira, praias da Ilha do Cardoso (exceto no trecho entre o píer e a raia de desembarque situada na Praia do Pererinha/Itacuruçá, no Núcleo Perequê – PE Ilha do Cardoso), Praia da Barra do Ribeira (Iguape), em costões (exceto no Costão do Cambriú - PE Ilha do Cardoso) e nos parcéis. Já nas Ilhas do Cambriú, Castilho e Bom Abrigo,

a pesca é proibida, sendo que nas duas primeiras, fazem parte da Estação Ecológica dos Tupiniquins, cuja categoria é mais restritiva que a própria APA, por isso a proibição. O mapeamento realizado como parte do diagnóstico da pesca amadora (FUNDEPAG, 2015) permitiu observar que na região do estuário adjacente à APAMLS predomina a pesca amadora embarcada, enquanto na APAMLS, predomina a pesca desembarcada no ambiente praial; contudo, também é notável a prática da pesca embarcada nas Ilhas da Figueira, do Bom Abrigo, do Cambriú e do Castilho, embora nessas três últimas, a mesma seja feita de forma irregular. A prática da pesca de costão não foi registrada durante os levantamentos de campo realizados nesse diagnóstico. De acordo com o DP (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), se observam as mesmas modalidades detectadas no diagnóstico citada acima, ou seja, a modalidade embarcada e a desembarcada. Nem todos os praticantes de pesca amadora embarcada são proprietários de embarcações, recorrendo assim ao aluguel de barcos e à contratação de piloteiros e guias de pesca nas diversas marinas que existem na região, especialmente aquelas localizadas em Porto Cubatão, no município de Cananeia.

A pesca amadora desembarcada é praticada de forma dispersa em todas as praias, principalmente da Ilha Comprida e Barra do Ribeira (Iguape), que podem ser facilmente acessadas de carro. Particularmente, a pesca de praia também ocorre o ano inteiro com maior aporte durante a chamada temporada turística. Nas praias do Boqueirão Norte, Viareggio, Juruvauva, Pedrinhas e Boqueirão Sul, todas localizadas na Ilha Comprida, ela ocorre com maior intensidade e se bem organizada e gerida poderá ser uma grande fonte de renda relacionada ao turismo para a região.

Na área marinha, a pesca amadora, quando praticada com uso de embarcação, ocorre de forma mais concentrada em alguns pontos ou pesqueiros específicos. Segundo os participantes das oficinas, os pesqueiros ficam no entorno de todas as ilhas incluídas nos limites da APAMLS, nos costões rochosos do Marujá, Foles e Juréia, parciais do Una e dos Moleques, e também na região do naufrágio do navio Tutóia. Nessas áreas, as espécies mais procuradas são a sororoca, a cavalinha, o pargo, a anchova e a cioba, entre outros (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Os pescadores amadores são, em sua maioria, turistas que fazem viagens ao Litoral Sul com a família ou amigos, movimentando a economia local por meio de despesas no comércio local, hospedagem, além de muitas vezes comprarem camarões de pescadores artesanais locais para utilizá-los como iscas vivas (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Em alguns pontos da APAMLS existem pequenas plataformas móveis, montadas sobre rodas, que são colocadas pelos pescadores dentro d'água a fim de facilitar o arremesso nas partes mais profundas das praias dissipativas. O equipamento utilizado é bastante simples e as iscas são posicionadas próximas do fundo através do uso de chumbadas maiores e mais pesadas (FUNDEPAG, 2015).

A pesca amadora, dentro do setor de turismo de pesca, tem sido fator de desenvolvimento social e econômico em diversas partes do mundo e está intimamente relacionada com o setor econômico que mais cresce no mundo, o turismo. O turismo de pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora (BRASÍLIA, 2010 *apud*. SÃO PAULO, 2015), ou seja, é o deslocamento de pessoas de suas origens para a prática da pesca por esporte/lazer, o qual envolve uma série de produtos e serviços específicos e especializados desta atividade. Os produtos da pesca amadora são aqueles que o pescador amador compra para viabilizar sua prática – turismo de pesca (serviços e equipamentos de agenciamento, transporte, hospedagem, alimentação, eventos, lazer e entretenimento), os serviços de suporte (aluguel de embarcações, contratação de guias de turismo, contratação de condutores de turismo de pesca, aquisição de iscas naturais, etc.) e a aquisição de bens duráveis e de consumo (embarcações, material de pesca, revistas, livros, cursos, etc.) (TERAMOTO, 2014 *apud*. SÃO PAULO, 2015). A **Figura 3.3.5.1.2-1** ilustra uma embarcação turística, localmente conhecida como “voadeira”.

Figura 3.3.5.1.2-1 – Embarcação turística localmente conhecida como “voadeira”.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

Nos municípios da APAMLS foram identificadas e visitadas 19 instalações náuticas, entre Marinas e Garagens Náuticas, todas ligadas diretamente à prática da Pesca Amadora. Este número considerável de marinas no Litoral Sul consolida a relevante interação entre as duas atividades: Pesca Amadora e Atividade Náutica, vinculadas à explícita vocação do Litoral Sul ao turismo náutico. Destaca-se aqui que certamente, além destes 19 empreendimentos, outros (não visitados) podem ter alguma relação com a pesca amadora, de forma pontual ou difusa, com usuários praticantes da atividade (FUNDEPAG, 2015).

No bairro de Porto Cubatão, localizado no município de Cananeia, é uma região com um turismo de pesca consolidado e em pleno desenvolvimento. Outra região com elevado grau de desenvolvimento de serviços ligados ao turismo de pesca é o bairro da Barra do Ribeira, localizado no município de Iguape. O município de Ilha Comprida encontra-se numa situação semelhante à encontrada no bairro de Barra do Ribeira, visto que suas pousadas já possuem uma gama de serviços e equipamentos ligados à pesca desportiva que pode ser considerada suficiente para atender à demanda atual (CARVALHO & BARRELLA, 2004).

As operadoras de turismo do município de Cananeia atuam no turismo embarcado, essencialmente voltado à pesca amadora. Estas empresas atuam, em sua maioria, em águas interiores (estuário e Ilha do Cardoso), mas quando em saídas para alto-mar, frequentam todas as ilhas inseridas no território da APAMLS (Figueira, Castilho, Cambriú, Bom Abrigo) (ICMBio/MMA, 2008), cabendo ressaltar, que a pesca subaquática e o desembarque turístico são proibidos nas ilhas do Castilho e Cambriú, pertencentes à ESEC dos Tupiniquins (Decreto Federal nº 92.964, de 21 de julho de 1986).

Embarcações particulares de entrevistados em Cananeia saem para o mar quase que exclusivamente para pesca esportiva, referindo-se as Ilhas da Figueira (36%), Castilho (27%), Cambriú (18%) e Bom Abrigo (19%) como pesqueiros preferenciais (ICMBio/MMA, 2008).

De forma geral, os pescadores são provenientes de cidades maiores do Estado, como São Paulo, Sorocaba e Jundiaí, ou ainda de Curitiba no Paraná. Hotéis especializados para atendimento ao turismo da pesca possuem um número significativo de embarcações do tipo voadeiras que utilizam apenas as águas interiores e o estuário. Os mesmos além de terem embarcações, possuem estrutura própria para atendimento aos turistas, fornecendo piloteiros e iscas (ICMBio/MMA, 2008).

Percebe-se que de forma geral, na região ocorrem atividades relacionadas à pesca subaquática. Contudo, não existem informações precisas sobre o tamanho desse segmento turístico na região. Esse tipo de turismo é praticado sem que haja intermediação de operadoras turísticas e/ou marinas. Observa-se que os turistas e/ou moradores locais que praticam essa atividade o fazem de maneira independente com suas próprias embarcações ou com embarcações locadas de terceiros que os conduzem aos locais considerados mais atrativos.

A pesca subaquática foi um uso citado por todos os segmentos trabalhados no DP (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Foi relatado que muitas vezes é realizada com auxílio de cilindro ou compressor, o que caracteriza métodos de sustentação artificial, práticas proibidas pelo Decreto de criação da APAMLS e pela Resolução SMA nº 69, de 28 de setembro de 2009. Constatou-se que a pesca subaquática não ocorre de forma dispersa no espaço marinho, concentrando-se nas ilhas (principalmente na Ilha da Figueira, Cambriú e Castilho), costões rochosos (os da Jureia são os mais procurados), Parcel do Una e, eventualmente, na área do naufrágio do navio Tutóia. Ainda, segundo os participantes das oficinas, a prática da pesca subaquática na região muitas vezes não é de caráter amador, uma vez que tem fins comerciais (sendo, portanto, considerada ilegal) e ocorre de forma direcionada para a captura de algumas espécies, em especial garoupas e outros serranídeos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Os pescadores amadores, munidos do sentimento de que o mar é de todos e fonte inesgotável de alimento, porém, com um grau de instrução relativamente alto, não veem o porquê das proibições existentes, já que não consideram que estejam impactando o ambiente e, assim, podem agir à revelia das leis ambientais. Aqueles que se utilizam da pesca subaquática mesclam geralmente motivações de atividade comercial e atividade esportiva (ICMBio/MMA, 2016).

3.3.5.1.3 Atividades Esportivas

O turismo esportivo compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento e/ou observação de quaisquer modalidades esportivas. De forma geral, o turismo esportivo compreende um segmento constituído por programas e atividades com fins específicos de promover a prática de esportes por amadores ou profissionais, especialmente no período de férias. Recentemente, os chamados “esportes de aventura” passaram a compor o leque de atividades incorporadas por esse interessante segmento turístico.

De acordo com o DP, os esportes náuticos ocorrem pouco na região, apesar do potencial declarado pelo setor de turismo durante as oficinas, restringindo-se a poucos eventos de surf nas praias da Ilha Comprida e a prática ainda pouco difundida da vela (citada por todos os segmentos). Passeios ciclísticos na praia e a prática de passeios com carro à vela e de passeios motorizados também foram citados. Os voos de ultraleve também foram citados no DP, mas de forma antagônica, pois ao mesmo tempo que representam um potencial da região também são fonte de preocupação em relação aos possíveis impactos gerados devido a presença de ninhaias de diversas aves na região (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

No DP, também foi relatada pelos participantes das oficinas a ocorrência de mergulho autônomo em áreas específicas da APAMLS, como na Ilha da Figueira. Entretanto, essa é uma atividade que ocorre mais esporadicamente e é praticada por grupos de fora da região (principalmente do Estado do Paraná) que têm condições de transportar equipamentos próprios, já que não existem estruturas de apoio e nem operadoras de mergulho nos municípios do litoral sul de São Paulo.

Os praticantes desta atividade geralmente possuem um grau elevado de instrução, um sentimento e discurso conservacionista, que é reproduzido pelos próprios agentes das empresas de turismo. Geralmente, os monitores orientam quanto à conduta consciente dos mergulhadores no ambiente marinho, restringindo as atividades de coleta de organismos. Assim, consideram-se como agentes de proteção destes ambientes e dificilmente entendem as restrições impostas pela legislação. Defendem a importância da existência da UC, mas acreditam que deveria haver mais flexibilidade, o que significa atender os seus interesses. É importante destacar que, durante as oficinas, foi informado que o mergulho normalmente está associado à pesca subaquática em apneia realizada por turistas em algumas ilhas da APAMLS (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

De forma geral, em outras áreas da APAMLS e adjacências, nota-se o crescente interesse em atividades esportivas relacionadas ao ciclismo, como por exemplo, o “Campeonato Paulista de Resistência”, realizado no mês de agosto de 2015, o qual também foi válido como etapa do “Campeonato Metropolitano de Ciclismo – LSC”, ambos organizados pela Federação Paulista de Ciclismo.

Em Ilha Comprida e, em menor escala em Cananeia, ocorre a prática do *stand up paddle*. (**Figura 3.3.5.1.3-1**), seja na orla marítima ou no canal estuarino. Mais recentemente (temporada 206-2017), passaram a ser vendidos passeios com pranchas de *stand up paddle* também ao redor da Ilha do Bom Abrigo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2017).

Figura 3.3.5.1.3-1 – Remo em pé ou *stand up paddle* – Ilha Comprida



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

O município de Ilha Comprida oferece atividades esportivas cotidianas praticadas na orla marítima durante todo o ano ou em período sazonais de grande concentração turística. Contudo, uma pesquisa no portal web da administração mostrou que essas informações encontram-se desatualizadas desde 2014 quando foram oferecidas as seguintes modalidades: futebol de areia, ginástica de praia, caminhada e surf. Em janeiro, oferece o projeto “Verão Esportes e Recreação”, cujas atividades em geral são realizadas na Praia do Balneário Monte Carlo e incluem competições, escolinhas, teatro infantil e brincadeiras. Essas atividades atraem um considerável número de turistas que visitam a cidade nesse período. Recentemente, a Prefeitura Municipal começou a oferecer roteiros e atividades turísticas e aventura a partir de veículos *off-road* (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA, 2016). O detalhamento dessas atividades será realizado em seguida no item “ecoturismo”. Recentemente, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Ilha Comprida e a organização não governamental Ecosurf possibilitou a oferta de aulas de surf para crianças e adolescentes residentes na praia do Boqueirão Sul e entorno.

Torneios de pesca esportiva têm ocorrido em diferentes praias da APAMLS. Em setembro de 2015, a Federação Paulista de Pesca e lançamento realizou uma etapa do Campeonato Paulista na praia localizada na comunidade de Pedrinhas. Na ocasião, a equipe da APAMLS realizou uma saída para o monitoramento ambiental da praia, o acompanhamento das atividades do torneio e a divulgação da Unidade. Sem dúvida, trata-se de uma atividade com enorme potencial turístico e de gerar renda para as comunidades locais, desde que seja praticada em acordo com a legislação vigente, bem como, seja fiscalizada de forma adequada.

Figura 3.3.5.1.3-2 – Torneios de Pesca na APAMLS.



Fonte: Relatório APAMLS, Fundação Florestal (2015).

Os portais web oficiais dos municípios de Cananeia e Iguape não trazem quaisquer informações sobre a prática de atividades de turismo de esportes. Contudo, sabe-se que ambas as cidades oferecem atividades esportivas em diferentes períodos do ano, inclusive em festividades religiosas onde se promovem competições relacionadas a esportes náuticos na região estuarina e terrestres. Também é muito comum a realização de campeonatos esportivos durante as festas religiosas e/ou comunitárias de toda a região.

3.3.5.1.4 Eventos

De acordo com o Ministério do Turismo, o segmento de “Turismo de Negócios & Eventos” compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social (BRASIL, 2006). Contudo, de forma geral, o turismo de eventos é compreendido como o deslocamento de pessoas com interesse em participar de eventos focados no enriquecimento técnico, científico, profissional e cultural, incluindo ainda o consumo e entretenimento.

Nesse sentido, destacam-se os altos investimentos da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida que mantém um calendário anual de eventos provavelmente com recursos financeiros oriundos dos elevados valores das transferências de cotas-partes dos royalties pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478, de 1997 – Art.48).

Embora ocorram eventos ao longo do ano nas cidades de Cananeia e Iguape, os seus portais web oficiais não trazem quaisquer informações sobre o calendário municipal de eventos anuais. Contudo, merecem destaques os eventos religiosos da “Festa do Senhor Bom de Jesus de Iguape”, que ocorre no mês de agosto na cidade de Iguape que é considerada uma das maiores festas religiosas do Estado de São Paulo, e a Festa de Agosto, que acontece logo na sequência em Cananeia, para celebrar o aniversário da cidade e o dia da padroeira Nossa Senhora dos Navegantes. Durante esse período muitos peregrinos e romeiros deslocam-se para essas cidades com as mais variadas formas de transporte (a pé, a cavalo, de bicicleta, em automóveis e em embarcações) chegando a ocupar todos os hotéis, pousadas e demais opções de hospedagem, em especial na cidade de Iguape.

Eventos culturais e festas religiosas também ocorrem em praticamente todas as comunidades tradicionais residentes nas áreas do entorno da APAMLS. Destacam-se aquelas realizadas nas comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso, em particular a “Festa de São Vitor”, realizada em junho, e a Festa da Tainha,

realizada no mês de julho, ambas no Marujá, a de Santo André que acontece em dezembro na comunidade do Itacuruçá-Pereirinha, a de São Sebastião que ocorre em janeiro na Enseada da Baleia.

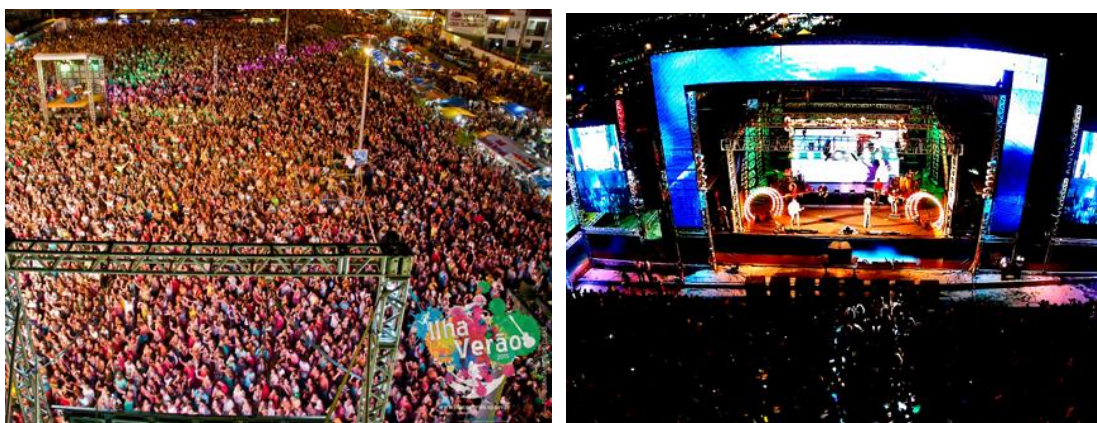
Na cidade de Ilha Comprida, todos os anos, no mês de junho acontece a “Festa de São Pedro” na Comunidade de Pedrinhas. Essa comunidade ainda recebe em outubro a “Festa Caiçara de Pedrinhas”, cujo enfoque principal ser a cultura caiçara em si, acaba recebendo apresentações de artistas consagrados do cenário nacional descaracterizando aquilo que poderia ser um evento exclusivo de valorização do saber e da cultura caiçara.

Em Iguape, a comunidade caiçara da Barra do Icapara também realiza todos os anos em julho a sua “Festa da Tainha” e a comunidade da Barra do Ribeira realiza a “Festa do Robalo” todos os anos em novembro. Geralmente, ambas contam com algum tipo de apoio das prefeituras municipais, mas isso não pode ser levado como regra, pois em casos esse apoio não se confirma devido a circunstâncias específicas relativas ao momento da administração pública.

Finalmente, na cidade de Cananeia destacam-se algumas iniciativas criadas, promovidas por coletivos organizados e/ou entidades do terceiro setor, a saber: “Festa do Pescador”, realizada em setembro no bairro do Porto Cubatão, o “Arraiá da Tiduca”, realizado todos os anos no mês de julho, o “Dia da Consciência Negra”, realizado em novembro, a “Feira de Economia Solidária”, realizada anualmente em dezembro, e a recém-criada “Festa do Fandango Caiçara”, que ocorreu pela primeira vez no mês de maio de 2016. Com exceção da “Festa do Pescador”, todos os outros eventos são realizados numa praça pública próxima ao centro e atraem centenas de moradores e turistas todos os anos.

A **Figura 3.3.5.1.4-1** ilustra alguns Shows artísticos realizados na praia do Boqueirão Sul – Ilha Comprida.

Figura 3.3.5.1.4-1 – Shows artísticos realizados na praia do Boqueirão Sul – Ilha Comprida.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

No Quadro 3.3.5.1.4-1, Quadro 3.3.5.1.4-2 e **Quadro 3.3.5.1.4-3** são listados aqueles que consideramos os principais eventos do calendário de 2016 identificados nos municípios estudados.

Quadro 3.3.5.1.4-1 – Eventos Turísticos (Ilha Comprida).

NOME	MÊS
Ponto MIS (sessões gratuitas de cinema)	Janeiro a dezembro
Ilha Verão Cultural (show, oficinas, artesanato, gastronomia e espaço kids)	Janeiro e fevereiro
Exposição 4 Estações (exposições temáticas)	Todas as estações
Carnaval	Data móvel
Show Lorenzo Valdambri e grupo “The Ded Rocks”	Abril
V Convenção Praiana de Malabarismo	
Encontros de Cinema (exibição do curta “Estranho Amor” e conversa com Diretora Lucia Caus)	Maio
Workshop Lagamar de Cicloturismo	Junho
Espetáculo Interativo “Para lá das palavras” Bibliotecando – Grupo Pé de Zamba	
Encontros de Cinema (exibição dos curtas “Doce de Coco” e “Thats a Lero Lero” e conversa com a Diretora de Fotografia Katia Coelho)	
Ilha Julina (shows e apresentações de danças típicas, artesanato, gastronomia e espaço kids)	Julho
18ª Mostra Artística de Teatro de Ilha Comprida	
11ª Ilha Blues (shows internacionais e gastronomia)	
Celebração do 300 anos do achado da Imagem Peregrina de Nossa Senhora Aparecida	Outubro
IV Festança Caiçara de Pedrinhas (Vila Cenográfica, apresentações, oficinas, artesanato, gastronomia e espaço kids)	
Semana da Contribuição da Cultura Negra na Formação da Identidade Brasileira	Novembro

Quadro 3.3.5.1.4-2 – Eventos Turísticos (Cananeia).

NOME	MÊS
Reveillon	Janeiro
Carnaval	Fevereiro
Semana Santa (Páscoa)	Data móvel
Festa do Fandango Caiçara	Maio
Festa de Santo Antônio (Comunidade Quilombola do Mandira)	Junho
Festa de São Vito (Comunidade Caiçara do Marujá)	
Festa São João Baptista	
Festa do Divino	
Festa de São Pedro (Colônia Z9)	
Semana do Meio Ambiente	
Festa do Mar (Centro)	
Corpus Christi	Data móvel
Festa da Tainha (Comunidade Caiçara do Marujá)	Julho
Arraiá da Tiduca	
Festa Nossa Senhora dos Navegantes	Agosto
Aniversário da cidade	
Festa do Pescador (Porto Cubatão)	Setembro
Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias	Setembro
Encontro de Culturas Afro-brasileiras	Outubro
Festa da Ostra (Comunidade Quilombola do Mandira)	Novembro
Dia da Consciência Negra	Novembro
Semana do Manguetzel	Novembro
Festa de Santo André (Comunidade Caiçara do Pereirinha)	Dezembro
Cantata de Natal	Dezembro

Quadro 3.3.5.1.4-3 – Eventos Turísticos (Iguape).

IGUAPE	MÊS
Festa de São Benedito	Janeiro
Festival de verão	
Carnaval	Data móvel
Semana santa (Via sacra ao vivo)	Abril
Semana do Meio Ambiente	Junho
Festa de São João Batista (Comunidade do Porto do Ribeira)	
Rocio junino	
Cidade junina	
Festa da Tainha (Comunidade Caiçara do Icapara)	Julho
Revelando São Paulo – Edição Iguape	
Festa do Bom Jesus de Iguape	Agosto
Semana da Cultura	Outubro
Festa do Robalo (Comunidade da Barra do Ribeira)	Novembro
Fita – Festival de Teatro Iguapense de Teatro Amador	
Aniversário da cidade	Dezembro

3.3.5.1.5 Atividades de Ecoturismo

O Vale do Ribeira, região em que está inserida a APAMLS, é apresentado como potencial modelo brasileiro de desenvolvimento sustentado. Posiciona-se em local privilegiado, entre regiões importantes dos Estados de São Paulo e Paraná, e o acesso à região se dá por meio de rodovias, aeroportos e ferrovias. Devido a essas peculiaridades, a região concentra natureza e cultura para tornar-se importante polo de desenvolvimento sustentado e do ecoturismo (ICMBio/MMA, 2008).

O Plano de Manejo da APA-CIP define “ecoturismo ou turismo ecológico” como o “segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (ICMBio/MMA, 2016).

O ecoturismo, como modalidade do turismo realizado de uma forma que respeita o meio ambiente sem impedir a existência e a sobrevivência das populações locais, integrando-as no processo de planejamento da atividade, configura-se como uma das alternativas mais apropriadas ao desenvolvimento local no Vale do Ribeira. Ele deve se desenvolver integrado e articulado às atividades produtivas tradicionais, tendo em vista o seu potencial de criação de novos empregos e elevação da renda, mantendo inalterada a atual base territorial produtiva e, ainda, podendo afetar favoravelmente a qualidade ambiental geral (CHABARIBERY *et. al.*, 2004)

Ciente desse potencial regional, diferentes iniciativas voltadas à prática do ecoturismo e suas vertentes aqui consideradas foram realizadas por órgãos governamentais e entidades do terceiro setor. O histórico dessa agenda na região do Vale do Ribeira nos mostra que em 1995 a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) criou o projeto “Polo Ecoturístico do Lagamar” na região de Cananeia. Com o apoio da WWF, a ONG *Vitae Civillis* executou o projeto “Turismo Sustentável” com o objetivo de preservar a Mata Atlântica. Entre os anos de 1995 e 1999 a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira realizou fóruns e oficinas de capacitação em ecoturismo para a população local com o apoio do Senac e do Instituto de Ecoturismo do Brasil. Cursos foram direcionados aos agentes municipais e aos 450 monitores ambientais. A Agenda foi patrocinada pela EMBRATUR e coordenada pela Fundação Florestal. Em 2000, ocorreu o Primeiro Encontro de Ecoturismo do Vale do Ribeira. Já em 2004, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira (CONSAD) instituiu uma câmara técnica de turismo. Algumas

ONGs realizaram cursos de turismo para comunidades e famílias de agricultores familiares. Porém, o maior projeto que aconteceu na região foi no ano de 2005, o “Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica”, uma parceria entre o BID e o governo do estado de São Paulo (SCHNITMAN, 2014).

A área do entorno da APAMLS é considerada uma região privilegiada quanto aos recursos naturais e apresenta grandes potencialidades para desenvolvimento de ecoturismo e/ou geoturismo, com finalidades essencialmente culturais, relacionados no mínimo aos três temas seguintes: sambaquis como sítios arqueológicos, manguezais como ecossistemas costeiros importantes e as dunas costeiras como feições geomorfológicas interessantes (ALMEIDA, 2008), os quais já são utilizados em maior ou menor grau em roteiros de ecoturismo e de turismo educacional como veremos mais adiante. A diversidade paisagística dessa região, formada por manguezais, restingas, floresta atlântica, praias, estuário, rios e alagados proporciona alta diversidade biológica e mosaicos de cenários que despertam grande interesse turístico. A íntima relação de espécies da fauna litorânea brasileira com os ecossistemas costeiros seja para abrigo, alimentação, reprodução e/ou nidificação, faz com que a conservação desses ambientes torne-se cada vez mais importante (CUNHA-LIGNON *et. al.*, 2000 *apud.* MOAES, LIGNON, 2012).

Importante destacar, que a região estuarino-lagunar, incluindo o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, foi considerada pela *Red Hemisférica de Aves Playeras* (RHAP, EUA) como uma das três regiões na América do Sul com maior diversidade de aves limícolas. Também é considerada uma das áreas que apresenta a maior concentração de espécies de aves ameaçadas ou raras da região neotropical (CONSEMA, 2001). Dessa forma, percebe-se claramente o grande potencial existente para a criação e o desenvolvimento de roteiros relacionados ao turismo de observação de aves (*birdwatching*).

A relação entre os turistas e o sistema costeiro foi estudada no litoral sul de São Paulo. De forma geral, a porção norte do sistema costeiro recebe turismo de massa, com atividades sendo realizadas na praia da Ilha Comprida, enquanto que grande parte dos turistas da porção sul também realiza atividades no estuário, como passeios de barcos, caminhadas em trilhas da floresta atlântica e utilizam os serviços dos monitores ambientais locais (CUNHA-LIGNON *et. al.*, 2000 *apud.* MOAES, LIGNON, 2012).

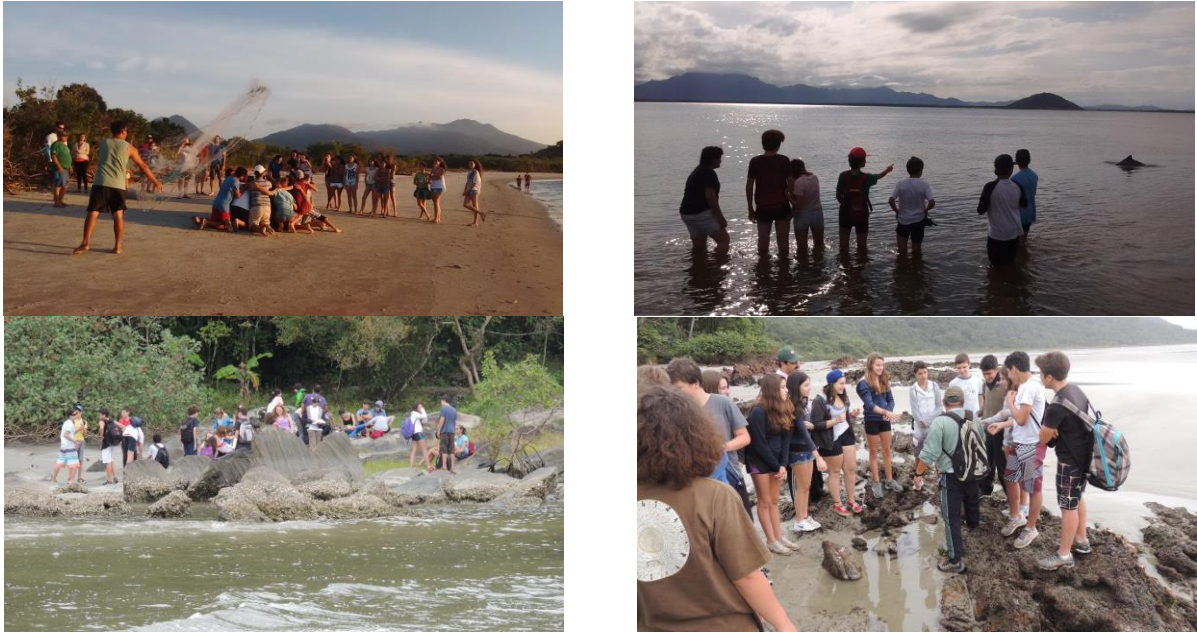
Atualmente, os três municípios em que a APAMLS está inserida recebem grupos de estudantes conduzidos por agências especializadas em atividades de estudo do meio. Contudo, não existem informações precisas sobre as características e números gerais dessa atividade. Sabe-se, porém, que é uma das principais atividades turísticas no período chamado de “baixa temporada”, sendo praticado inclusive, em algumas comunidades tradicionais caiçaras no entorno da APAMLS, como por exemplo, as Comunidades do Icapara e Vila Nova no município de Iguape, Pedrinhas e Boqueirão Sul no município de Ilha Comprida, e Itacuruçá-Pereirinha, Marujá, Enseada da Baleia e Pontal, localizadas na Ilha do Cardoso, município de Cananeia. Vale ressaltar que existem outras comunidades tradicionais que também recebem grupos de estudantes na área continental de Cananeia, como por exemplo, a Comunidade Quilombola do Mandira e a Comunidade Caiçara do Rio Branco, o que pode proporcionar o incentivo a criação de roteiros integrados no segmento do turismo educacional.

Apesar disso, nota-se que embora o turismo pedagógico seja uma atividade representativa e bem planejada na região, ainda não se desenvolve plenamente dentro dos limites da APAMLS, ficando restrita à visita em áreas de praia para estudo desse ecossistema de forma isolada e/ou associada ao ecossistema de dunas. Sem dúvida, existe o potencial concreto de que sejam elaborados e oferecidos roteiros que estimulem a visita educacional dos ecossistemas diretamente relacionados à UC possibilitando a criação de programas pedagógicos mais específicos que visem a promover o estudo

integrado de praias, ilhas e costões rochosos, usando como modelo o turismo educacional já praticado nas demais áreas da região.

A **Figura 3.3.5.1.5-1** apresenta algumas atividades de estudo do meio que ocorrem na Ilha do Cardoso.

Figura 3.3.5.1.5-1 – Atividades de estudo do meio – Ilha do Cardoso/Cananeia. Fonte: Fernando Oliveira Silva



Apesar de não pertencente à APAMLS, mas com impacto relevante no contexto, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) é frequentado por muitos estudantes de diferentes níveis educacionais e de diferentes idades, da educação pública e privada, cujo principal objetivo visa aprendizagem científica (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

As dunas costeiras da Ilha Comprida (SP) são em grande parte vegetadas e, portanto, estabilizadas, mas para o norte da ilha ainda estão ativas e apresentam um potencial ecoturístico e geoturístico (ALMEIDA, 2008; ALMEIDA & SUGUIO, 2012), tanto que algumas agências especializadas em turismo educacional já as utilizam em seus roteiros de estudo do meio. Contudo, vale ressaltar que os campos de dunas também fazem parte da APP (Área de Preservação Permanente) e estão inseridas na ARIE da Zona de Conservação de Vida Silvestre da APA Ilha Comprida, portanto, os passeios de turistas deverão ser limitados em área, com roteiros turísticos que devem levar em consideração as boas práticas do ecoturismo, que sempre vise a sua conservação (ALMEIDA, 2008).

Outro atrativo na região é o turismo de observação de cetáceos que se desenvolveu a partir da década de 1990 quando o boto-cinza (*Sotalia guianensis*) começou a ser visto como um grande atrativo turístico, sendo atualmente a observação deste cetáceo uma importante fonte de renda local (FILLA, 2009) (**Figura 3.3.5.1.5-2**). Por ser uma região com águas protegidas e com uma população residente, o Lagamar é uma ótima região para o turismo de observação de boto-cinza. Hoje em dia, esse animal é visto como um gerador de renda e muitas empresas de escunas e proprietários de embarcações com motor de popa

vivem dessa atividade, sendo uma importante fonte de renda para a comunidade local (FILLA & MONTEIRO-FILHO, 2009). O cenário atual favoreceu-se com a criação e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo educacional, inicialmente proposta por estudantes universitários no ano de 1997, e posteriormente incorporada como um programa de formação e capacitação de estudantes na área de conservação de cetáceos (OLIVEIRA *et. al.*, 2000) por uma instituição não governamental denominada Instituto de Pesquisas Cananeia (IPeC). Essa instituição mantém esse e outros cursos até os dias atuais (IPeC, 2016). Recentemente, outra organização não governamental, de nome Instituto de Biodiversidade Austral (Bioaustral), criou na cidade de Cananeia, um programa educacional voltado a formação de estudantes universitários na área ambiental (BIOAUSTRAL, 2016). A situação atual demonstra o grande potencial relacionado ao apoio e desenvolvimento de ações e programas nas áreas do turismo educacional e/ou científico na região da APAMLS.

Figura 3.3.5.1.5-2 – Turistas nas dunas e grupo de botos-cinza.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

Em relação aos programas turísticos mantidos pelas prefeituras, a de Ilha Comprida é a que mais promove e divulga produtos turísticos através do seu portal web oficial conforme quadro a seguir (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA, 2016):

Quadro 3.3.5.1.5-1 – Roteiros Turísticos (Ilha Comprida).

ATRATIVO/ROTEIRO	DESCRIÇÃO/VOCAÇÃO
Praias	Caminhada em praias desertas, comunidades tradicionais, dunas, vegetação de restinga e observação de aves.
Trilha Juruvaúva-Pedrinhas	Caminhada, comunidades tradicionais, vegetação de restinga, dunas e viveiros de mudas nativas.
Trilha Vila Nova/Sítio Arthur	Caminhada, comunidades tradicionais, vegetação de restinga, observação dos manguezais, sítios arqueológicos (sambaquis) e observação de aves.
Trilha Dunas/Juruvaúva	Caminhada, dunas, vegetação de restinga, mirantes naturais e observação de aves.
Trilha da Trincheira	Caminhada, comunidades tradicionais, pesca artesanal, vegetação de restinga, dunas e observação de aves e cetáceos.
Observação de aves	<i>Birdwatching</i>
Maravilha (Mar-Aves-Ilha) da Ponta da Praia	Observação de aves, mirante natural, dunas, vegetação de restinga, artesanato e comunidade pesqueira.
Mar Pequeno – Esportes Náuticos	Prática de esportes náuticos (veleiro, canoa e caiaque) e também ciclismo, carro à vela, esportes de praia, surfe e skate.
Passeios / Barcos / Jeep tour	Observação de aves, estudo do meio, passeio <i>off-road</i> , caminhadas, comunidades caiçaras, dunas e vegetação de restinga.
Triciclos praianos	Observação de aves, estudo do meio, passeio <i>off-road</i> , caminhadas, comunidades caiçaras, dunas e vegetação de restinga.

Recentemente, a Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, através da Divisão Municipal de Turismo, criou o portal “Visite Ilha Comprida”, onde constam informações mais detalhadas sobre os seguintes roteiros ecoturísticos conforme quadro a seguir.

Quadro 3.3.5.1.5-2 – Roteiros Turísticos (Ilha Comprida).

ATRATIVO/ROTEIRO	DESCRIÇÃO/VOCAÇÃO
Circuito Lagamar São Paulo de cicloturismo	Inspirado em circuitos europeus tem percurso aproximado de 180 km entre as cidades de Ilha Comprida, Iguape, Pariqueira-Açu, Jacupiranga e Cananeia.
Safari ecológico a bordo das UTVs Roteiros Pedrinhas e Ponta da Praia	Passeio em veículos Off Road, com capacidade para oito passageiros, com 3 horas de duração e 72 km de percurso. Atrativos: comunidades caiçaras, vegetação de restinga, dunas, praias, estuário, história local, observação de aves e cetáceos, entre outros.
Quadri Aventura Roteiro Ponta da Praia	
Catamarã Roteiro: Ilha Comprida - Guaraqueçaba	Turismo náutico, observação de aves marinhas e cetáceos, visita a comunidades caiçaras, vegetação de mata atlântica, manguezais, estuário, entre outros.
Catamarã Roteiro: Ilha Comprida - Marujá	

O portal web oficial da Prefeitura Municipal de Cananeia divulga os seguintes roteiros ecoturísticos que embora não ocorram na área da APAMLS podem ser integrados com futuros roteiros uma vez que estão no seu entorno. Partes desses roteiros são executados com acompanhamento de monitores ambientais cadastrados nas Unidades de Conservação da região, sendo que a maioria integrada a Associação de Monitores Ambientais de Cananeia (AMOAMCA) e alguns outros trabalham de forma independente. O quadro a seguir, apresentamos os roteiros que constam no portal da Prefeitura Municipal de Cananeia.

Quadro 3.3.5.1.5-3 – Roteiros Turísticos (Cananeia).

ATRATIVO/ROTEIRO	DESCRIÇÃO/VOCAÇÃO
Morro São João e a Trilha do Mirante	Caminhada, mirante artificial, observação de aves e mata de encosta.
Roteiro das Cachoeiras	Cachoeira do Pitu: localizada na Comunidade do Itapitangui onde encontra-se muita concentração de mata Atlântica e era antiga região de mineração.
	Cachoeira do Mandira: fica próxima à comunidade do Mandira reconhecida pelo Governo como remanescente Quilombola, onde existe uma Reserva Extrativista.
	Cachoeira do Encanto: está localizada dentro de uma propriedade particular a 10 Km do centro da cidade.
	Cachoeira Rio das Minas: esta cachoeira fica localizada na área do Parque Estadual de Jacupiranga, á aproximadamente 30 Km de Cananeia.

Embora o PEIC não faça parte da APAMLS consideramos que o único roteiro divulgado pela Prefeitura Municipal de Cananeia em seu portal web oficial, inclui o seu território é o que segue descrito abaixo, pois o mesmo divulga a visitação em comunidades caiçaras que vivem em áreas muito próximas as praias.

Quadro 3.3.5.1.5-4 – Roteiros Turísticos (Cananeia – Área de Entorno Da APAMLS).

ATRATIVO/ROTEIRO	DESCRIÇÃO
Parque Estadual Ilha do Cardoso	A Ilha do Cardoso localiza-se no litoral sul de São Paulo, no município de Cananeia, a 272 Km da cidade de São Paulo. Tem como ponto de referência o extremo sul da Ilha Comprida e a Ilha de Cananeia, das quais se separa pela Bahia de Trapandé. A ilha é composta por seis comunidades tradicionais, sendo a do Marujá a mais visitada durante todo o ano.

O site oficial da Prefeitura Municipal de Iguape não apresenta informações sobre roteiros ecoturísticos. Apresenta apenas, um endereço direto para um programa de capacitação em “Educação Ambiental e Cidadania”. A seguir, apresentamos os roteiros que constam no portal “Guia de Iguape” (2016):

Quadro 3.3.5.1.5-5 – Roteiros Turísticos (Iguape),

ATRATIVO/ROTEIRO	DESCRIÇÃO
Praia do Leste	Acesso pela estrada Iguape – Barra do Ribeira. Dista aproximadamente 12 km do centro.
Outeiro do Bacharel	Trilha de aproximadamente 1 km (saíndo do centro do bairro de Icapara) que leva ao pico, onde se encontra o farol utilizado para sinalizar às embarcações que adentravam ao Mar Pequeno.
Caverna do Ódio	Sítio arqueológico onde se encontram vestígios de ocupação humana.
Morro do Espia	Morro coberto por vegetação de mata atlântica onde se localiza a imagem de um cristo redentor. Do local, pode-se avistar a parte urbana da de Iguape, a Ilha Comprida, o Estuário Lagunar do Mar Pequeno (área de manguezais servindo de verdadeiros “criadouros” para as espécies marinhas) o Valo Grande e, ao longe a Ilha do Cardoso.
Praia da Jureia	Núcleo pertencente ao Parque Estadual do Prelado, localizado entre a Vila do Prelado e o Costão no Maciço da Jureia, com 7 km de praia. Nele observa-se, nas baixadas, os ecossistemas costeiros como dunas, restingas e mata atlântica de planície, seguidos da mata de encosta, na Serra da Jureia.
Barra do Ribeira	Bairro a 18 km do centro de Iguape, onde o Rio Ribeira deságua no mar. Possui atrativos como a praia da Jureia, Rio Suamirim e Rio Ribeira. Local bom para pesca, prática do surfe e passeios de barco e caiaque. É, também, a porta de entrada para o Costão da Jureia/ Estação Ecológica Juréia-Itatins.

Um exemplo de opções de roteiros ecoturísticos existentes na região pode ser acessado no portal web “Expedições do Ócio”, o qual oferece atividades nas três cidades em que está inserida a APAMLS destacando-se os passeios *off-road* 4X4, roteiros de cicloturismo, trilhas em áreas naturais, incluindo costão rochoso, e roteiros de turismo náutico. Para saber mais: (<http://fredexpedicoes.wixsite.com/expedicoesdoocio/roteiros>).

Finalmente, vale ressaltar que entre os anos 90 e 2000 existiu a Associação dos Monitores Ambientais de Iguape (AMAI), a qual representou uma organização social de extrema importância para a Barra do Ribeira, no sentido de proporcionar melhores condições de vida e de manutenção da cultura caiçara. Dentre outras coisas, a AMAI promoveu o desenvolvimento econômico da região através do trabalho de manejo sustentável dos recursos naturais e do ecoturismo e estimular ações e desenvolver atividades de Educação Ambiental que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade local (YKEMOTO, 2007).

Na mesma comunidade a Associação dos Jovens da Jureia (AJJ), entidade criada em 1993 que nasceu da necessidade de organização da população caiçara contra a ameaça de expulsão dos moradores do

local, após a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, trabalham com atividades pontuais relacionadas ao turismo educacional recebendo grupos de estudantes, educadores e pesquisadores ao longo do ano.

3.3.5.1.6 Turismo Comunitário

A crescente expansão do turismo nas áreas litorâneas tem provocado alterações na paisagem dos ecossistemas costeiros em todo o litoral brasileiro. As mudanças ocorridas nestes ambientes provocam fragilidades significativas na dinâmica sociocultural das populações locais, levando ao rompimento de práticas tradicionais de subsistência e conduzindo-as ao circuito da atividade turística (SOUZA, 2004).

A implantação e o desenvolvimento de projetos e programas turísticos não deve se colocar como competidor e nem suplantando as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência e a disseminação da cultura dos povos locais. Nesse sentido, o turismo é concebido como um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria. Nesse sentido, entende-se por turismo comunitário toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009).

O Plano de Manejo da APA-CIP considera que outra vertente de uso público a ser fortalecida é o turismo de base comunitária, já em curso em Unidades de Conservação da região e que começa a ser assimilado por moradores tradicionais como benéfica à geração de renda e visando a exploração saudável do ecoturismo e o envolvimento socioeconômico das comunidades na sua diversidade cultural e social (ICMBio/MMA, 2016).

Na região da APAMLS, existem muitas comunidades que desenvolvem projetos para agregar valor aos recursos naturais e elaborar passeios culturais agradáveis. Nas vilas caiçaras ainda existem fogões à lenha, casas de pau-a-pique de pescadores, que realizam trabalhos manuais de tecelagem de redes para pesca, barcos e canoas artesanais para passeio ou pesca esportiva (ALMEIDA, 2008). Um detalhamento maior sobre as peculiaridades relacionadas ao cotidiano caiçara poderá ser observado no **Item - Comunidades Tradicionais**.

Em relação ao turismo, a comunidade caiçara do Marujá, localizada na restinga sul da Ilha do Cardoso, é uma das mais antigas a receber turistas de forma ordenada na região. Segundo Campolim e colaboradores (2008) a grande beleza cênica, a relativa facilidade de acesso (somente por embarcação) e a infraestrutura instalada proporcionaram ao Marujá uma vocação turística, motivando a maioria dos moradores a encarar o turismo como alternativa de renda. Tal atividade, no entanto, se desenvolveu de forma desordenada, em virtude da ausência de diretrizes e de supervisão por parte da administração da UC (justificada pela falta de recursos financeiros e humanos). A partir do verão de 1997/1998, iniciou-se o processo de ordenamento da visitação pública direcionando os esforços iniciais na comunidade do Marujá em virtude da demanda turística já existente. O processo participativo de identificação, planejamento de ações e resolução de problemas viabilizou o ordenamento da visitação pública na comunidade do Marujá e subsidiou a formatação de diretrizes e atividades do Plano de Manejo do PEIC, além de outros regulamentos gerenciais.

O processo de ordenamento turístico que aconteceu no Marujá fez com que outras comunidades se estimulassem e interessassem em receber turistas seguindo os preceitos do turismo de base comunitária. Em Cananeia, após um período de atuação isolada de algumas comunidades, a organização regional se deu através de um projeto chamado “Rede de economia solidária, cultura e turismo de base comunitária – a produção cultural gerando renda em Cananeia (SP)”, o qual foi proposto e desenvolvido pela Associação Rede Cananeia, contando com a parceria direta do Ponto de Cultura Caiçaras, ambas organizações não governamentais atuantes na região, e financiamento do Ministério da Cultura (MinC). Esse projeto, realizado entre os anos de 2010 e 2011, teve como objetivo principal o fortalecimento das atividades econômicas do turismo cultural de base comunitária envolvendo a produção de artesanato tradicional em caxeta (instrumentos musicais como a viola caiçara e a rabeca, canoas e barcos em miniaturas, tamanco para a dança do fandango batido caiçara, entre outros), artesanatos com fibras naturais (taboa, cipós e fibra de bananeira); apresentações culturais (manifestações culturais caiçaras, como o fandango, e afro-brasileira, como a capoeira e o maculelê); culinária caiçara (baseada em frutos do mar, farinha de mandioca, banana e produtos da agricultura familiar) e o turismo de base comunitária, naquele tempo já organizado em algumas comunidades como o Marujá e Pontal do Leste, na Ilha do Cardoso.

A partir do projeto descrito acima, outras comunidades fortaleceram seus trabalhos relacionados ao turismo comunitário, destacando-se atualmente: a Enseada da Baleia, localizada no extremo sul da Ilha do Cardoso, que desenvolve um interessante trabalho de turismo educacional coordenado pelas mulheres que lá residem; e o Itacuruçá-Pereirinha, localizada na ponta norte da Ilha do Cardoso, e que também recebe grupos de estudantes ao longo dos períodos de baixa temporada, bem como, turistas diversos ao longo de todo o ano devido a sua proximidade do centro urbano da cidade.

Nos últimos anos, observou-se o crescimento do turismo de base comunitária visando a complementação de renda nas comunidades do Cambriú e Foles, ambas localizadas no PE Ilha do Cardoso, sendo o acesso pelo mar aberto. Observou-se que viviam praticamente da agricultura e da pesca e hoje passaram a viver da pesca, complementando a renda com o turismo durante o verão ou em alguns feriados prolongados (REIS, *et. al.*, 2007). De forma geral, os turistas que ali frequentam utilizam a APAMLS para pesca amadora, turismo de sol e mar, ecoturismo, surfe, turismo cultural, entre outros.

O portal web da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida mantém a divulgação do roteiro denominado “Ilhas Caiçaras”, o qual visa incentivar a visita das vilas caiçaras. Para tanto, lançou recentemente o catálogo “Ilha Caiçara”, com fotos e histórico das principais vilas do município. O Departamento Municipal de Turismo disponibiliza telefones e serviços oferecidos pelos moradores tradicionais. De acordo com a Prefeitura, duas agências de turismo locais também operacionalizam os roteiros turísticos que levam às vilas caiçaras, das quais se destacam Trinchiera, Boqueirão Sul, Juruvaúva, Pedrinhas, Vila Nova, Ubatuba, Viaréggio, Araçá e Ponta Norte (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA, 2016).

Com o objetivo de contribuir para o estímulo da continuidade das tradições culturais caiçaras, foi implantado o Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira. A gestão do Centro é feita pela Associação Jovens da Jureia (AJJ), sendo que este projeto foi selecionado em 2004, pelo Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. Entre as atividades do Centro, são oferecidas oficinas de viola, rabeca, dança de fandango, construção de instrumentos e confecção de artesanato caiçara, além de apresentações de grupos de fandango e outras manifestações culturais da região. Além disso, há cursos extras de produção cultural e associativismo, onde a programação é gratuita (YKEMOTO, 2007). Atualmente, a AJJ recebe grupos de turistas para participarem de roteiros educacionais, culturais e comunitários.

Recentemente, integrantes de uma família caiçara residente do bairro Vila Nova, no município de Iguape, aprovaram um projeto no sistema de financiamento colaborativo (*crowdfunding*) denominado “Comida

caíçara na Mata Atlântica paulista”. O projeto obteve apoio financeiro para investimento na compra de eletrodomésticos, utensílios, louças, talheres e objetos de decoração, bem como, em reformas e consertos estruturais de um pequeno empreendimento familiar conhecido como “Restaurante da Dona Marília”, o qual serve comida caseira caíçara e ajuda a movimentar a economia da comunidade local. O restaurante atende, sob demanda, grupos que passam pela comunidade a caminho da Estação Ecológica da Jureia ou da Barra do Ribeira, ambos localizados em áreas próximas a APAMLS. Atualmente, o empreendimento atende grupos de alunos de escolas de São Paulo, vindas através de agências especializadas em estudos do meio. A iniciativa contou com o apoio do Instituto Lassus, uma organização que realiza ações vinculadas às artes, cultura, meio ambiente e negócios sustentáveis e atua primordialmente na região do Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo. Vale ressaltar, que o restaurante beneficia toda rede de pequenos empreendedores ligados à operação do restaurante, desde o pescador ao artesão passando pelo grupo de fandango (um gênero musical e coreográfico fortemente ligado à cultura caíçara). De forma geral, o restaurante tem potencial para movimentar toda a economia local, pois adquire de seus vizinhos os gêneros alimentícios que necessita para os seus pratos. Além disso, o fluxo de visitantes atrai turistas interessados em fazer trilhas e passeios de barco pela região.

Essas iniciativas corroboram com o Diagnóstico Participativo que através de avaliação conjunta dos subsídios para a gestão permitiu identificar a proposta de “estimular o turismo ordenado e sustentável por meio da criação de programas, inclusive de turismo de base comunitária” para a melhoria dos processos de gestão. Além disso, identificou o potencial para turismo de base comunitária nas seguintes comunidades: Cambriú, além de Pontal de Leste, Marujá e Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso, Prelado, Viareggio, Ubatuba, Juruvaúva, e Pedrinhas, na Ilha Comprida, e Jureia e Barra do Una, em Iguape (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

O item “Cultura caíçara” apresenta em detalhes as principais características sociais e culturais dessas e de outras comunidades tradicionais residentes na região evidenciando a importância da sua participação efetiva nos processos de gestão do turismo nas áreas da APAMLS.

3.3.5.1.7 Atividades científicas e de pesquisa

O ecoturismo científico busca a satisfação pessoal ligada a absorção de novos conhecimentos por parte do turista participante. O interesse por novos conhecimentos desperta o desejo de conhecer pessoas e de trocar informações for a do meio urbano e em contato com a natureza. Comparando as atividades do ecoturismo convencional com as do ecoturismo científico se observa que no segundo segmento os estudantes universitários, de nível público e privado, os investigadores e docentes com interesse em realizar trabalhos técnicos e de campo, se enquadram como público-alvo (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

No Brasil o ecoturismo científico se desenvolve há algum tempo com a intenção de compreender os mecanismos de funcionamento dos ambientes naturais. Um dos pioneiros na prática do turismo científico no país é o Projeto “TAMAR” (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

O turismo científico também é comumente praticado na costa do extremo sul de São Paulo, especificamente na planície costeira de Cananeia-Iguape e Ilha Comprida, onde há grande potencial científico a ser explorado; sendo que o desenvolvimento do segmento na região estudada está relacionado com alguns ambientes sensíveis, tais como manguezais, sambaquis, dunas costeiras, vegetação e formações geológicas. Atualmente, um dos sambaquis mais visitados, é o conhecido como “Nobrega”, localizado na porção sul da Ilha Comprida. Os principais interesses da atividade turística em sambaquis estão diretamente relacionados com a arqueologia pré-histórica, como uma ciência interessada na evolução das culturas humanas e sua interação com o meio ambiente (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

Diferentes locais da Ilha do Cardoso são frequentados por muitos estudantes, de diversos níveis de escolaridade e diferentes idades, tanto do ensino público como do privado, cujo maior objetivo está direcionado ao aprendizado científico (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

Trata-se de um dos exemplos mais exitosos de prática relacionada ao turismo educacional e turismo científico. Para se ter uma ideia, entre os anos de 2002 e 2006, o Núcleo Perequê, localizado na parte nordeste da Ilha, recebeu 210 grupos de visitantes, totalizando 8.420 pessoas. De forma geral, a grande maioria dos visitantes do núcleo participou de atividades educativas (estudo do meio ambiente), representados por grupos de escolas, que visitaram a UC com agências de turismo especializadas, durante o período do calendário escolar, permanecendo em torno de três dias. A análise dos dados qualitativos da visita no Núcleo Perequê do PEIC poderão dar subsídios ao planejamento das atividades turística-educacional, reduzindo os impactos negativos acarretados em áreas de manguezal, decorrentes da visita. A iniciativa do PEIC em aplicar questionários aos visitantes, que se hospedaram e pernoveram na UC foi relevante. A iniciativa poderia ser utilizada por outras UCs brasileiras, de modo a subsidiar medidas de gestão (MOAES & LIGNON, 2012).

Sem dúvida, estas atividades poderiam contribuir para um possível crescimento do ecoturismo, aumentando as opções para diversificar as atividades turísticas. A implementação e desenvolvimento destas atividades pode transformar a planície costeira de Cananeia-Iguape e Ilha Comprida em um conhecido polo de turismo científico, diferenciado dos polos de turismo de massa existentes nas regiões costeiras do Estado de São Paulo. O ecoturismo científico é praticado na região sem o apoio e divulgação pelos municípios locais, embora a implementação e promoção da atividade deva ser da responsabilidade conjunta dos três municípios, o que significaria um grande benefício os mesmos (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

3.3.5.2 AMEAÇAS E IMPACTOS

A análise dos impactos do turismo, tanto positivos como negativos, tem revelado a necessidade de se estabelecer critérios globais e multidimensionais nas políticas do turismo em diversas escalas (RODRIGUES, 1997). Os impactos negativos que o turismo pode ocasionar em uma dada região são inúmeros, podendo estar relacionados aos aspectos econômicos, socioculturais e ambientais (RUSCHMANN, 1999). Dessa forma, exige o planejamento para o seu desenvolvimento numa óptica que evidencie de forma clara os objetivos sociais e econômicos que se pretende alcançar, bem como, os espaços que devem ser explorados e os que devem ser protegidos (MARUJO & CARVALHO, 2010).

Seabra (2005 *apud* MOAES & LIGNON, 2012) afirma que o reduzido número de estudos sobre os impactos causados pelo turismo no Brasil, restringe a implantação de medidas que possam estabelecer os limites de carga turística suportável em cada área. Nesse sentido, as práticas de planejamento e gestão sustentável do turismo são fatores de vital importância para a sustentabilidade dos lugares e a viabilidade do turismo. Se a atividade turística não for bem planejada, ela pode provocar a degradação da natureza, conflitos sociais e desorganização do setor empresarial prejudicando, deste modo, os próprios destinos turísticos. Por isso, o planejamento para o turismo sustentável deve levar em atenção o envolvimento de todos os atores do turismo, buscando minimizar os potenciais impactos negativos, maximizar os retornos econômicos do destino e encorajar um maior envolvimento da comunidade receptora (MARUJO & CARVALHO, 2010).

Especificamente, na maior parte região de Cananeia-Iguape-Ilha Comprida, repete-se o fenômeno comum a quase todo o litoral paulista, onde o turismo de balneário cresce a cada dia, havendo uma verdadeira

explosão demográfica na região durante a alta temporada. Este turismo de massa é praticado aleatoriamente e promove degradação ambiental (ALMEIDA, 2008). Além do valor ambiental, há também a preocupação com a preservação do patrimônio histórico e cultural, já que ocorre grande diversidade de culturas, além do patrimônio arquitetônico presente em Iguape e Cananeia (DIAS & DE OLIVEIRA, 2015).

Neste sentido, atividades ligadas ao ecoturismo, fundamentais para o rendimento econômico da população local, devem ser orientados visando a sustentabilidade e educação ambiental. Por outro lado, a intervenção antrópica está vinculada, dentre outros usos, à materialização do turismo no espaço, representada pelos loteamentos e inúmeras casas de veraneio, os quais devidos sua expansão causam problemas ambientais, decorrentes do impacto destas obras, em áreas naturalmente frágeis. A clara e contundente preocupação dos empreendedores imobiliários em capitalizar os recursos paisagísticos, gera uso irracional e ambientalmente agressivo, visto como alternativa mais viável economicamente e correta para os especuladores (DIAS & DE OLIVEIRA, 2015).

Henrique & Mendes (2001) consideram que a riqueza natural e cultural, presentes nas manifestações folclóricas e no casario colonial, são os atrativos vendidos ao turista, enquanto que a população local é induzida a acreditar que o turismo, nos moldes como está sendo praticado, é a saída para seus problemas econômicos, sendo a sustentabilidade do ambiente renegado, o recurso ambiental, que também capta turistas é esquecido, a visão do inesgotável predomina. Na tentativa de contribuir à ocupação sustentável da região, Henrique & Mendes (2001) elaboraram um trabalho, desenvolvido no Laboratório de Geomorfologia do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, do IGCE/UNESP (Rio Claro) que culminou com a proposta de um zoneamento ambiental das ilhas de Cananeia, Iguape e da Ilha Comprida.

Em resumo, o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares (CRUZ, 2001 *apud*. TODESCO, 2007). Assim, proliferam discursos sobre o turismo, ou como importante alternativa de desenvolvimento econômico e social, ou como gerador de problemas socioambientais irreversíveis (TODESCO, 2007).

Em relação ao turismo praticado na área e no entorno da APAMLS, destacamos que no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) os problemas ambientais que afetam os recursos pesqueiros e a poluição em geral se destacaram, bem como, as propostas e sugestões voltadas à conservação dos recursos e ordenamento territorial. O DP aponta, principalmente, disputas por espaço entre pesca artesanal, a pesca industrial e o turismo com diversos atores; e as disputas por recursos entre pesca artesanal e pesca industrial e pesca subaquática. Nessa direção, foi destacada a existência do conflito entre banhistas e prática de caceio ao longo de toda a Ilha Comprida.

Destaca ainda, que o turismo existente é considerado desordenado, sendo apontado nas interações negativas e como agente de problemas ligados ao lixo na APAMLS, sendo que as marinas foram consideradas fontes potenciais de poluição. Importante notar que relatórios disponibilizados pela APAMLS indicam a presença de grande quantidade de lixo na Ilha do Bom Abrigo. Entre os anos de 2015 e 2018 realizaram-se quatro mutirões de limpeza, os quais resultaram na retirada de cerca de 500 kg a 1 tonelada de lixo da Praia e imediações, área onde se concentra o maior fluxo turístico na ilha. Dois fatores podem ser considerados como geradores/produtores desses resíduos, ou seja, a sua deposição através dos

movimentos de maré que trazem o lixo produzido e descartado nas praias, pelos pescadores, que usam a ilha para apoio à navegação, e também o abandono do lixo produzido por turistas que visitam o local.

Merece destaque o fato que a Ilha do Bom Abrigo apresenta significativa importância histórica, arqueológica e cultural, especialmente relacionada à presença das ruínas de uma antiga armação baleeira, construída possivelmente na segunda metade do século XVIII, e dos antigos naufrágios que estão em seu entorno confirmando a sua importância para estudos de arqueologia subaquática (DURAN, 2008; GUIMARÃES, 2009). Deste modo, o turismo desordenado no local ameaça, não somente o patrimônio natural, como o cultural e histórico, o que evidencia a necessidade de proposição de normativas para regulamentar os usos na ilha, desde que em comum acordo com a Marinha, que possui a cessão de uso e domínio da Ilha do Bom Abrigo.

O DP apontou o turismo de massa como um problema, principalmente no Boqueirão Norte da Ilha Comprida e na Barra do Ribeira, em Iguape e foi considerado como ponto de tensão no Viareggio e Boqueirão Sul da Ilha Comprida por conta da presença da grilagem de terras. Se considerarmos que as embarcações de turismo compõem a frota náutica local pode-se indicar que a mesma gera impactos com o descarte de óleo, tinta anti-incrustante e lixo. Finalmente, o DP identificou ainda problemas e desafios que, muitas vezes, podem ser resolvidos ou minimizados pelo zoneamento, levantando propostas que podem ser consideradas (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

O **turismo de sol e praia** apresenta dois pontos principais de ameaça na área da APAMLS: a produção e a destinação de resíduos sólidos e líquidos e a intensificação do tráfego de veículos nas praias da Ilha Comprida, em especial nos trechos entre o Boqueirão Sul e Pedrinhas; Boqueirão e Ponta da Trincheira e na Barra do Ribeira (Iguape), o que gera impactos negativos para os ecossistemas associados e suas espécies correlatas e também para os turistas que se utilizam desses locais evidenciando a necessidade de ordenamento.

De acordo com Becegato (2007), o município de Ilha Comprida é desprovido de sistema de reciclagem de resíduos domésticos urbanos e os esgotos domésticos e comerciais são só parcialmente tratados. Deste modo, os córregos (sangradouros) que se originam na área urbana mais habitada transportam resíduos e a maior parte dos esgotos domésticos praticamente sem tratamento. Em altas temporadas de veraneio a população normal de aproximadamente 10 mil habitantes, aumenta para cerca de 150 mil e quaisquer infraestruturas urbanas são incapazes de suportar este formidável aumento momentâneo de sobrecarga. Para Ararripe *et. al.*, (2008), o que se observa é o caos instalado no período denominado de “temporada”, que vai de dezembro até março, onde a população endêmica de 7.500 pessoas aproximadamente é acrescida de uma média mensal de outras 350.000, com todas as demandas inerentes ao ser humano, do consumo de água à deposição de resíduos sólidos e orgânicos, passando pelo consumo sistemático de energia elétrica e combustíveis fósseis no deslocamento veicular pelo espaço da ilha. Apesar deste quadro ofensivo ao frágil ambiente da ilha, é através dele que a maioria da população obtém seu ganho oferecendo serviços aos turistas.

A melhoria de infraestrutura urbana poderá causar um aumento explosivo nos números de moradores e turistas, tornando cada vez mais graves as crises ambientais. Como a Ilha Comprida depende economicamente do turismo e, deverá receber número crescente de turistas em altas temporadas, o problema que, por si só é grave, torna-se mais preocupante por situar-se em uma APA. Os aumentos da população residente e, principalmente da população flutuante, passarão a exigir infraestrutura compatível, para que o município não entre em situação de colapso. Com isso, principalmente em época de alta temporada, os impactos ambientais gerados por lixos urbanos e por esgotos domésticos deverão atingir intensidades assustadoras (BECEGATO, 2007).

Em relação às atividades náuticas, o Diagnóstico Participativo constatou que existia uma escuna que oferecia passeios da Ilha Comprida para Cananeia, estando em seu roteiro uma parada na Ilha do Bom Abrigo. Ao que parece, esse roteiro não existe mais, pois não houve registros recentes pela Unidade ou relatos por frequentadores da ilha. A presença de marinas, muitas vezes relacionada com atividades de turismo e de pesca amadora, também foi citada como fator relevante, porém é também muitas vezes indicada como fonte de poluição. Os grupos não indicaram ao certo quantas infraestruturas de apoio náutico existem na região, mas quando possível, indicaram locais de concentração. Convém lembrar que houve uma baixa participação dos representantes das marinas durante as oficinas, sendo que a maioria das informações foi prestada pelos demais subsegmentos ou segmentos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Sobre a interação da pesca artesanal com as atividades náuticas houve o reconhecimento de aspectos positivos relacionados à conduta do piloto, sendo que o mesmo é considerado “bom” quando consegue atender às atividades de navegação sem causar a destruição de redes ou acidentes ambientais que possam inviabilizar a atividade pesqueira, além de promover um turismo náutico responsável, movimentando a economia local através da compra de pescado diretamente do pescador artesanal (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

O plano de manejo da ESEC Tupiniquins diz que associado às atividades náuticas, pode-se destacar, ainda, o turismo contemplativo e subaquático realizado irregularmente por operadoras de turismo (ICMBio/MMA, 2008). Consequentemente, estas atividades ameaçam a unidade através do extrativismo dos recursos pesqueiros, do lançamento de lixo e óleo no mar, do estabelecimento de locais de fundeio de embarcações e do desembarque e acampamento de pessoas nas ilhas, o que contraria as normas relativas a esta categoria de UC (ICMBio/MMA, 2008). Nesse contexto, as ilhas foram áreas da APAMLS muitas vezes apontadas como conflituosas durante as oficinas do DP, sendo que nesses locais são desenvolvidas atividades como pesca amadora, mergulho, pesca subaquática, turismo, além de serem usadas como abrigo pelos pescadores. Dentre elas, destaca-se a Ilha do Bom Abrigo. Em geral, ilhas, parciais e costões rochosos são áreas conflituosas porque foram apontados como áreas de concentração de usos de pesca amadora e pesca subaquática, em desacordo com a legislação vigente (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Diante desse cenário, a efetiva proteção da unidade passa pelo estabelecimento de uma fiscalização eficiente, o que demanda recursos material e humano, além de uma estratégia que contemple os dois setores da unidade. Para isto, há a necessidade de firmar parcerias e/ou convênios com outros órgãos de fiscalização ou de gestão, como o IBAMA, Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, ICMBio e a Marinha do Brasil (ICMBio/MMA, 2008).

Um caso particular merece análise porque futuramente poderá representar um fator de risco e ameaça aos ecossistemas estuarinos e as comunidades que residem nas margens dos canais da região. Em 2015, o catamarã Maratayama, que faz roteiros turísticos a partir do município de Ilha Comprida, atracou na comunidade da Enseada da Baleia, que fica na porção sul da Ilha do Cardoso. Segundo moradores, as manobras causaram o desmoronamento de uma residência e de um espaço utilizado comunitariamente para manusear o pescado. O acidente foi motivo de matéria de capa da edição nº 17 do jornal VIVA GENTE (CORREA & LIMA, 2016), publicação com sede na cidade de Registro e que circula por todo o Vale do Ribeira. O texto cita que “além do acidente na Enseada da Baleia, há relatos de pescadores que perderam apetrechos, e de outros que têm de recolhê-los, pois à passagem da embarcação, os peixes desaparecem”.

Esse caso novamente chamou a atenção para o histórico e intenso processo de erosão causado em toda a região.

Como se vê, a abertura de uma nova barra nessa região afetará não o meio físico e biótico, mas também todo o sistema econômico local que depende diretamente da pesca, do extrativismo sustentável e, principalmente, do ecoturismo para gerar emprego e renda para os moradores tradicionais locais. Caso esse processo geológico se confirme, o território geográfico da APAMLS possivelmente será alterado e novos problemas ambientais e sociais poderão compor o já complicado quadro de conflitos na região.

Vale citar que os processos erosivos que ocorrem ao longo de todos os canais estuarinos também podem ser causados e/ou acentuados pelo tráfego de grandes embarcações com motores de alta potência. De acordo com o plano de manejo da APACIP, um problema que começa a ocorrer é o conflito de atividades na zona estuarina. O uso de moto aquática (*jetski*), as embarcações velozes que conflitam com o turismo de pesca e de observação, bem como, causam transtornos às comunidades na beira do canal. Agravando essa situação, o processo de erosão costeira pode ser acelerado pelo deslocamento de massas de água (marolas) com a passagem de embarcações (ICMBio/MMA, 2016). Nesse sentido, Campolim *et. al.* (2008) verificaram que em alguns casos o transporte náutico turístico transgride normas de navegação e segurança e citam barcos superlotados sem equipamentos de segurança adequados e trânsito de embarcações e motonáuticas abusivo.

O laudo técnico emitido pelo Instituto Geológico recomenda que:

[...] dadas as consequências da atuação do barco catamarã na Vila da Enseada da Baleia e a observação em campo de que as ondas geradas por embarcações causam erosão nas bordas da laguna, também se sugere a elaboração, com urgência, de um regulamento para o tráfego de embarcações ao longo de toda a laguna de Arapirã, estipulando limites para: o tamanho e a potência dos motores das embarcações, a distância da margem e a velocidade máxima de navegação, bem como, o número de embarcações a trafegar por um mesmo trecho ao mesmo tempo (SOUZA, 2015).

Ressalta-se que recentemente o istmo que separa o mar do canal interno de água salobra sofreu uma rápida e drástica redução possivelmente causada pela influência e consequências da passagem de um ciclone extratropical na região no mês de outubro de 2016. O detalhamento desses processos erosivos e seus impactos nos ecossistemas e consequências para as comunidades serão apresentados nos **Itens - Meio Físico Marinho e Cultura caiçara**.

Em relação ao turismo de pesca, no Litoral Sul e Vale do Ribeira, a pesca artesanal cada vez mais tem cedido lugar à pesca esportiva. Os pescadores esportivos são muito bem recebidos por todas as comunidades estudadas. Essa boa aceitação do turismo pelos moradores deve-se ao fato de que o turismo proporciona uma maior fonte de renda para as famílias caiçaras, proporcionando melhoria da qualidade de vida. Estes prestam serviços diversos e aplicam seus conhecimentos sobre os recursos pesqueiros à nova prática. Essa realidade traz novos desafios para a população caiçara e seu modo de vida (SOUZA, 2004).

Nesse segmento turístico, talvez o principal problema seja a falta de fiscalização da cota e do tamanho mínimo de captura dos peixes (CARVALHO & BARRELA, 2004). Além disso, também é necessária a divulgação das informações por meio de programas de educação ambiental, tanto para os pescadores desportivos como para os guias, pilotos e população local (BRASIL, 1998 *apud*. CARVALHO & BARRELA, 2004).

Para que todo esse potencial turístico possa se transformar em produtos de qualidade, elaborados para os mais diversos nichos de mercado, muitos aspectos da infraestrutura básica e turística precisam melhorar (CARVALHO & BARRELA, 2004). Quanto à infraestrutura básica, os principais problemas estão

relacionados à falta de tratamento do esgoto, à reciclagem do lixo e a uma melhor distribuição de água e luz, problemas pertinentes a toda a região de estudo (QUEIROZ & PONTES, 1997 *apud*. CARVALHO & BARRELA, 2004). Os problemas relacionados à infraestrutura turística são também pertinentes a quase toda a região do Vale do Ribeira (CARVALHO & BARRELA, 2004).

Klonowski (2002 *apud*. ICMBio/MMA, 2008) descreveu sucintamente as principais atividades econômicas desempenhadas por usuários residentes no entorno, sua percepção dos principais problemas ambientais relacionados e soluções propostas por meio da análise de entrevistas e levantamentos com pescadores artesanais e operadoras de turismo e marinas que atuam na porção sul da ESEC dos Tupiniquins, entre a Ilha Comprida, Cananeia, Guaraqueçaba e Paranaguá. Foi observado que um dos maiores problemas está relacionado ao desconhecimento das prestadoras de serviços com relação à existência e a categoria de UC na região. Indicou ainda, a existência da falta de informação e desconhecimento da UC por turistas e falta de reconhecimento dos próprios moradores locais quanto ao potencial da atividade.

De forma geral, o desenvolvimento do turismo em pequena escala não deveria estar apenas preocupado com o fornecimento de alojamento, mas também com o desenvolvimento de outros aspectos intangíveis do produto turismo, como, por exemplo, materiais locais para produção de artesanato e comercialização de produtos agrícolas para abastecer as ilhas com legumes e verduras frescas (CARVALHO & BARRELA, 2004).

Contudo, é importante levar em consideração as interações positivas da pesca artesanal com o turismo e a pesca amadora são consideradas devido ao aumento da venda de pescado para estes visitantes, bem como, as interações negativas relacionadas à disputa por espaço, tendo sido apontado no Diagnóstico participativo que os pescadores amadores passam por cima das redes de pesca artesanal, além de ocorrer ancoragem de barcos de amadores em locais que atrapalham a pesca artesanal. Atualmente, a pesca amadora é considerada como uma prática muitas vezes em desacordo com a legislação vigente, citada, nesse sentido, nas interações negativas, em particular a pesca subaquática (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

As áreas muitas vezes apontadas como conflituosas durante as oficinas foram as ilhas, onde são desenvolvidas atividades como pesca amadora, mergulho, pesca subaquática, turismo, além de serem usadas como abrigo pelos pescadores. Dentre elas, destaca-se a AME da Ilha do Bom Abrigo. Em geral, ilhas, parceréis e costões rochosos são áreas conflituosas porque foram apontados como áreas de concentração de usos de pesca amadora e pesca subaquática, em desacordo com a legislação vigente (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Hoje se faz necessária uma política moderna para o setor. Se bem conduzida, a pesca esportiva no Brasil movimentará cada vez mais recursos, além de contribuir para a conservação do ambiente (PRADO, 1999 *apud*. SOUZA, 2004).

Casasola (2003 *apud*. FANDÉ & PEREIRA, 2014) chama atenção para a gravidade dos problemas de saneamento em cidades turísticas litorâneas. Segundo o autor, ainda que existam redes de captação de águas residuais, uma parte dessas águas é despejada diretamente no mar ou em outros corpos de água, devido à deficiência e insuficiência das instalações, falta de conexão de alguns hotéis e residências ao sistema central de drenagem, e falta de projetos de tratamento de efluente. Assim, os grandes volumes de desperdício gerados por elevados contingentes de turistas durante a alta temporada contribuem para a contaminação ambiental nas praias, no mar e em outros corpos de água. O inchaço das destinações turísticas em épocas de altas temporadas e fins de semana prolongados poderá levar à dificuldade de solucionar os problemas de saneamento básico, porque a demanda sobre esses serviços é multiplicada,

às vezes, por cem (FERRETTI, 2002 *apud* FANDÉ & PEREIRA, 2014). As praias paulistas periodicamente são interditadas para o banho devido ao alto índice de contaminação produzida pelo excesso de turistas durante os períodos de férias (OLIVEIRA, 2008). O detalhamento dos aspectos relacionados a esse assunto pode ser encontrado nos **Itens - Meio Físico Marinho e Meio Socioeconômico**.

Sob outro ponto de vista, as casas de segunda residência geralmente tendem a ser ocupadas durante determinadas estações, aumentando o estresse da comunidade local neste período (DALL'AGNOL, 2012). Neste caso, os impactos socioculturais, podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as habilidades artesanais da população, ou aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais da população anfitriã. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida de uma das populações (COOPER, 2001, *apud*. DALL'AGNOL, 2012).

O plano de manejo da APACIP diagnostica que ainda que esteja fora do seu território, o turismo religioso e de sol e praia impactam diretamente o estuário, dados o grande número de visitantes e a falta de infraestrutura para recebê-los (ICMBio/MMA, 2016).

O grande fluxo de turistas concentrados na alta estação tem contribuído para a degradação ambiental (poluição das praias, lixo e desmatamento) na cidade de Itacaré, litoral do Estado da Bahia. Isto revela que o consumo do espaço turístico não está se dando de forma sustentável, não está sendo respeitada a capacidade de carga ambiental, que é a quantidade de turistas que um local pode suportar sem causar maiores impactos ao meio ambiente. (OLIVEIRA, 2008). Fandé & Pereira (2014) ao estudar os impactos ambientais do turismo relacionado a percepção de moradores e turistas no município de Paraty (RJ) concluíram que ficou evidente a necessidade de melhorias no planejamento turístico, adoção de medidas, políticas e ações coordenadas, entre os setores público e privado, que priorizem a aspecto ambiental, visando à conservação do meio ambiente e o turismo sustentável.

A redução dos impactos ambientais negativos do turismo, como sugerido por Youell (2002 *apud*. FANDÉ & PEREIRA, 2014), pode ser conseguida através de abordagens práticas, como envolvimento da comunidade no processo de tomada de decisões, controle da capacidade de carga, gerenciamento dos visitantes e do tráfego e instruções por meio de informações e marketing.

A análise do segmento do **ecoturismo** mostra que dentre as estatísticas ele se mostra como o segmento da atividade turística que mais cresce no mundo. Segundo Cruz (2001 *apud*. TODESCO, 2007), o crescimento a um ritmo acelerado deste segmento de turismo se explica pelo fato de este ser um produto novo no mercado, se comparado com o “produto turismo de massa”; isto faz com que as práticas de turismo de natureza estejam vivenciando a fase de conquista de uma demanda exponencial até recentemente adormecida. Contudo, somente a implantação e a prática do ecoturismo, que objetive a integração mais harmoniosa possível do homem com a natureza, como forma de lazer sempre fundamentada na conscientização, poderão solucionar os problemas decorrentes. O controle (ou gerenciamento) das sobrecargas pode ser exercido pela criação de mecanismos que visem preservar de forma ordenada, com regulamentação das áreas de visitação e também com restrição de acessos para a conservação do meio ambiente (ALMEIDA, 2008).

Um bom exemplo disso são as atividades turísticas realizadas nos manguezais do Parque Estadual da Ilha do Cardoso o qual recebe visitas sistemáticas desde meados dos anos 90. Nesse caso, os impactos da atividade turística nesse ecossistema foram monitorados entre os anos de 2001 e 2005, sendo que ao

longo desse monitoramento foram observadas alterações nos bosques de mangue visitados: pisoteio de plântulas de espécies típicas de mangue, impacto na dinâmica de plântulas e propágulos, pisoteio de tocas de caranguejo, compactação do sedimento formando pequenos canais e alterando a circulação das marés, suspensão de sedimento fino e posterior deposição sobre raízes e troncos com sufocamento das estruturas respiratórias (lenticelas), quebras de raízes e troncos, entre outras (MOAES & LIGNON, 2012). Nesse sentido, Davenport e Davenport (2006 *apud*. MOAES & LIGNON, 2012) alertam para a importância da gestão da atividade de ecoturismo na zona costeira, de modo a se evitar impactos na região visitada.

No caso das dunas, sabe-se que os conflitos entre atividades antrópicas e dinâmica de dunas transgressivas constituem uma das mais complexas e importantes questões ambientais do litoral brasileiro, que devem ser monitoradas por órgãos competentes para buscar o equilíbrio desejável. A degradação das condições ambientais originais deste ecossistema está relacionada a diversas atividades impactantes, dentre elas, o turismo de aventura e/ ou trânsito de veículos. (ALMEIDA, 2008). No caso da APAMLS, avaliamos que qualquer impacto antrópico nesse importante ecossistema afetará diretamente as potencialidades relacionadas ao turismo educacional, incluindo aquele praticado no ecossistema de praia por exemplo.

Em relação aos sambaquis geralmente localizados em áreas de restinga no entorno da APAMLS, atualmente já existe visitação não monitorada na região. Os mais conservados estão em regiões de difícil acesso e os mais visitados e de acesso fácil estão em processo de destruição, por falta de fiscalização e de um programa de educação ambiental. (BECEGATO, 2007; ALMEIDA, 2008). Vale ressaltar, que algumas agências especializadas em estudo do meio utilizam o Sambaqui do Nóbrega, localizado na região da Praia do Boqueirão Sul na cidade de Ilha Comprida, em roteiros educacionais oferecidos para escolas particulares de grandes centros urbanos, em especial da cidade de São Paulo. Geralmente, esses estudos estão associados com a visitação dos ecossistemas de praia e dunas na mesma região.

Finalmente, em relação ao turismo de observação de cetáceos, o boto-cinza é visto como um grande atrativo para o turismo da região, o qual constitui uma importante fonte de renda para as comunidades (FILLA, 2008). Interessante notar, que algumas agências especializadas em turismo educacional também mesclam a observação dos botos com o estudo dos ecossistemas da região, incluindo ainda, a observação das relações desses animais com a pesca artesanal, em especial aquela relacionada aos cercos de pesca fixo com os quais os botos interagem para a captura de presas. Contudo, alguns impactos da atividade turística foram mensurados e precisam ser avaliados caso a atividade se expanda para a área da APAMLS. Recentemente, o Plano de Manejo da APACIP estabeleceu normas para a aproximação dos botos e outros cetáceos, as quais podem ser adaptadas e utilizadas nas áreas da APAMLS (ver ICMBio/MMA, 2016).

Finalmente, falaremos dos possíveis impactos e ameaças relacionadas ao segmento do **turismo de base comunitária**.

De acordo com Neiman & Rabinovici (2010 *apud* LUCIO, 2013) a proliferação indiscriminada do uso do prefixo "eco", para se referir a tudo o que fosse ambientalmente correto trouxe, para a atividade turística, a necessidade de imprimir uma preocupação com o valor e o significado real desse prefixo e a avaliação sobre a existência de um processo de planejamento na criação e organização das localidades turísticas, com participação da comunidade local, respeito às culturas e identidades, e preocupação com a conscientização ambiental na experiência a ser vivida. Essa vertente de um turismo ambiental acabou sendo uma das principais responsáveis por promover alguns fluxos de turistas para regiões muito preservadas e relativamente isoladas onde, quase sempre, habitam comunidades tradicionais. Por esse

motivo, muitas vezes o chamado turismo étnico está associado ao ecoturismo (JULIANO & RABINOVICI, 2010 *apud*. LUCIO, 2013).

Torna-se uma tarefa difícil avaliar o efeito do ecoturismo em comunidades tradicionais, isso depende das condições de cada território e de suas relações com o mercado e a vida urbana. O ecoturismo é uma atividade econômica e é incoerente ignorar os interesses capitalistas por trás dela. Por outro lado, a cultura é flexível e passível de transformações, sendo esse um consenso entre antropólogos respeitados. Ou seja, a atividade turística é exógena, causadora de impactos sociais, mas pode ser um tanto benéfica para a comunidade tradicional em forma de resgate cultural e reprodução social. Também um fator de reconstrução social, melhoramento das condições de vida da comunidade e preservação ambiental. O ecoturismo resgata o modo de vida garantindo a homens e mulheres referências sociais que reorganizam ou reconstróem costumes e tradições (SCHNITMAN, 2014).

Contudo, o principal problema da exploração do turismo ambiental, principalmente quando associado ao turismo étnico, está na construção de uma relação mercantilizada (*commoditizada*) tanto da natureza quanto da etnicidade dos grupos em questão. O mais comum é a transformação de elementos da Natureza e da Cultura em *commodities* no seguinte sentido: produtos comercializados numa relação de compra e venda estabelecida dentro do próprio espaço (físico e simbólico) da comunidade alvo das ações de turismo (LUCIO, 2013).

A commoditização não necessariamente destrói o significado dos produtos culturais, nem para os moradores nem para os turistas, embora isso possa acontecer sob certas condições. Produtos feitos para o turismo frequentemente adquirem novos significados para os moradores, e também se tornam um sinal diacrítico de sua identidade étnica ou cultural, um veículo de auto-representação perante um público externo. No entanto, os significados antigos não necessariamente desaparecem, mas podem ficar perceptíveis, em um nível diferente, para um público interno, apesar da mercantilização. A commoditização tampouco destrói necessariamente o significado dos produtos culturais para os turistas, uma vez que estes são frequentemente preparados para aceitá-lo como "autêntico", mesmo se transformado por meio da commoditização, na medida em que pelo menos alguns de seus traços são percebidos como "autênticos." (COHEN, 1988 *apud*. LUCIO, 2013). Essas conclusões são interessantes para pensar também que, em comunidades tradicionais, especialmente as não indígenas, nem sempre a implementação do turismo parte de uma iniciativa exógena, mas tem origem no seio da própria população. Ou, o que é até mais comum, um desejo de controlar os ganhos desse fluxo de pessoas que começa a surgir em seu território (como aconteceu com o Mandira, por exemplo) (LUCIO, 2013).

Nos casos específicos que envolvem as comunidades tradicionais que vivem no entorno da APAMLS podemos observar que o turismo gerou e ainda gera muitos conflitos locais, os quais ameaçam os seus modos de vida relacionados a práticas tradicionais, bem como, o saber fazer presente nas suas memórias e práticas cotidianas. Sem dúvida, o principal conflito existente na região é a permanência dessas comunidades em territórios transformados em UC's de Proteção Integral, o que não é o caso da APAMLS. Nesse sentido, a discussão sobre ocupação humana no interior de UC's gera posicionamentos distintos, não só no meio técnico e científico como também na sociedade.

Simbólico é o caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), o qual é referência na região quando se analisam as correlações entre a prática de atividades turísticas em territórios de comunidades caiçaras. Embora seja um UC de proteção integral, o PEIC dispõe de bases legais gerenciais (Lei, portarias, plano de manejo e demais resoluções) que permitem o desenvolvimento de atividades socioeconômicas visando à conservação do ambiente natural e a qualidade de vida dos ocupantes tradicionais. Dessa forma, na comunidade do Marujá a visitação pública teve sua operacionalização adequada, mesmo que ainda

necessite de incrementos tecnológicos (internet, sistema de telecomunicação, geração de energia elétrica alternativa, sistema de tratamento sanitário), e se aproxima muito dos conceitos que definem turismo responsável e de base comunitária (CAMPOLIM *et. al.*, 2008), sendo aquele em que as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, e que por meio do envolvimento participativo desde o início, qualquer ação voltada ao turismo proporciona a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (MITRAUD, 2004 *apud.* CAMPOLIM *et. al.*, 2008).

Interessante notar que parte das comunidades tradicionais que podem oferecer o turismo de base comunitária na APAMLS também estão inseridas em áreas de UC's de proteção integral, como é exatamente o caso do PEIC. Diante disso, diferentes conflitos e/ou restrições relacionados a implementação e gestão do turismo podem surgir e gerar ameaças diretas aos meios de produção econômica nessas localidades. No caso do município de Ilha Comprida esses conflitos se dão exatamente pelo fato de que não existem UC's de Proteção Integral nos locais aonde residem as comunidades tradicionais. Nesse caso, os desafios enfrentados para a gestão do turismo são outros, uma vez que deverão incentivar e garantir a valorização dos modos de vida das comunidades tradicionais em um território em que de certa forma todos os usos são permitidos devendo ser conciliados e ordenados.

Marinho (2013) aponta resultados de um projeto de pesquisa realizado entre setembro de 2011 e setembro de 2012, com o título “Experiências de Turismo de Base Comunitária no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil” que teve como objetivo descrever experiências em três comunidades do Vale do Ribeira/SP incluindo o Marujá. Segundo ele, o referido projeto de pesquisa contribui significativamente ao entendimento de como se organiza o turismo na comunidade, quais as principais necessidades e como se deu o processo de adaptação ao Parque, e a relação com a Fundação Florestal (MARINHO, 2013).

Em relação à comunidade caiçara da Enseada da Baleia, localizada na porção Sul da Ilha do Cardoso, o turismo é visto pelos moradores como algo positivo. A população local aluga cômodos de suas próprias casas e preparam refeições para os turistas. Assim conseguem ampliar a renda familiar. Há receio no contato dos moradores mais novos com os turistas, pois estes poderiam influenciar a visão de mundo e os valores, visto que cada grupo defende o que acha certo e escolhem um modo de segui-los. Assim, há contradição de opiniões, pois os caiçaras encontram no turismo uma fonte de renda alternativa, mas o desempenho da atividade acarreta problemas complementares, como o citado. Os turistas que visitam a comunidade são comunicados sobre a responsabilidade de recolher o lixo produzido e, ou levar de volta no próprio barco ou depositar em uma lixeira (ARAKAKI, 2011).

Por outro lado, a população que vivia na Barra do Ribeira, localizada no município de Iguape, que também executava atividades ligadas à agricultura e à pesca, sofreu grandes impactos quando o turismo começou a ser explorado na região, pois não eram capacitados profissionalmente e se sentiram excluídos do processo. O turismo era movimentado apenas por veranistas (segunda residência), que acabaram sendo os principais responsáveis pelo incremento do comércio e outras atividades relacionadas ao turismo na região, sendo que foram os mais beneficiados pela atividade turística, e que poucas vezes contratavam a mão de obra local. Aos poucos, os moradores tradicionais da Barra do Ribeira foram participando da atividade turística, oferecendo serviços de caseiro ou até mesmo alugando suas próprias casas para temporada ou finais de semana, atividade que até hoje continua sendo a maior fonte de renda junto com a pesca da manjuba, em que aproveitam a alta temporada, de dezembro à fevereiro, para tirar o sustento do ano inteiro. Pode-se dizer que o turismo trouxe à Barra do Ribeira vantagens (empregos sazonais) e desvantagens, entre elas a degradação ambiental e a descaracterização do meio e da sociedade local com a introdução de hábitos e costumes diferentes dos nativos(YKEMOTO, 2007). Atualmente, o aumento considerável do fluxo de turistas na região aumenta consideravelmente os riscos de impactos

negativos nas comunidades locais exigindo a busca de soluções para o ordenamento das atividades turísticas naquela local.

Em Pedrinhas, localizada na cidade de Ilha Comprida, atualmente, o turismo rege praticamente todos os ritmos das relações socioespaciais da comunidade. Isto pode ser perceptível na organização da sua morfologia em que as casas de segunda residência disputam palmo a palmo com casas caiçaras para ver qual delas tem a hegemonia sobre o espaço construído; nas infraestruturas de saneamento e equipamentos de serviços que têm como objetivo atender tanto moradores quanto turistas. Outro fator de suma importância que de maneira alguma deve ser esquecido é a subordinação de praticamente de todos os sujeitos membros de Pedrinhas ao trabalho ligado ao atendimento ao turista. Essa prática passa a ser considerada sinônimo de positividade, de progresso e de melhoria da qualidade de vida de todos em contrapartida com o tempo em que as relações socioespaciais estavam ligadas às práticas agrícolas e à pesca artesanal, sendo aquele tempo passado visto como um período em que os antepassados passavam por grandes dificuldades materiais e um grande isolamento em relação a outras escalas geográficas. As antigas práticas hoje são vistas como antiquadas, além de serem ilegais por parte da legislação ambiental, que na maior parte das vezes possui uma forma e um conteúdo completamente alheias à identidade territorial caiçara. Assim, a atividade turística, juntamente com outros aspectos advindos das múltiplas facetas da mundialização, tem papel determinante nas mudanças das relações espaciais caiçaras, inserindo a comunidade em um novo contexto a ser desvendado. Essas peculiaridades dão margem para compreendermos a complexidade dos fenômenos socioespaciais vividos pelos caiçaras dessa comunidade (TEIXEIRA, *et. al.*, 2010). Sem dúvida, todos esses fatores podem ser considerados como ameaças diretas e indiretas aos seus direitos e a continuidade e perpetuação dos modos de vida daquela comunidade.

Finalmente, vale destacar um estudo sobre a avaliação da oferta e demanda turística na comunidade caiçara da Barra do Superagüi (PR), cujas características sociais e culturais são bastante similares a das comunidades que vivem no entorno da APAMLS, buscou levantar informações e demandas capazes de subsidiarem o desenvolvimento de um ecoturismo de base comunitária naquele local (AMEND, 2001). O autor concluiu que um grande esforço de planejamento e captação de recursos deve ser urgentemente realizado, de forma a garantir o acesso da comunidade local aos meios para que ela própria possa desenvolver e beneficiar-se da exploração turística na região. Segundo ele, os costumes e tradições dos povos do litoral estão se perdendo a cada geração. Uma das melhores maneiras de preservá-los é criar maneiras de torná-los fonte de renda para as comunidades tradicionais. Mas neste ponto reside ainda o aspecto importante de preservar a dignidade, não transformando os moradores em atrativos com um fim em si próprios.

O **Item - Comunidades tradicionais** do Diagnóstico Técnico faz uma análise mais aprofundada sobre a cultura caiçara em todo o território da APAMLS.

3.3.5.3 INDICADORES DE MONITORAMENTO

Segundo a OTT (1978), um indicador é um meio encontrado para reduzir uma ampla quantidade de dados a uma forma mais simples de informação, retendo o significado essencial do que está sendo perguntado. Considerando que os impactos oriundos da atividade turística possuem natureza e magnitude diversa na interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores, pode-se afirmar que os impactos, sejam estes positivos ou negativos, estão em constante transformação e desta forma, é de suma importância o estabelecimento de indicadores de monitoramento para um melhor planejamento e gestão

desta atividade que impacta as comunidades receptoras e ecossistemas que servem de lócus a prática do turismo.

O foco de investigação são os projetos de desenvolvimento turísticos, os destinos e as empresas que prestam serviço ao setor, de modo que seja possível identificar as ações necessárias para influenciar os “produtores”, do lado da oferta, e “consumidores”, do lado da demanda, no intuito de se alcançar efetivamente o turismo sustentável, de acordo com a visão do desenvolvimento sustentável. Essas investigações devem possibilitar o monitoramento das situações de sustentabilidade do turismo e deduzir possíveis medidas futuras para uma área definida a partir de insights sobre as experiências vivenciadas e registradas na área de investigação e as decisões influenciadas por elas (OLIVEIRA, *et. al.*, 2011).

Em um estudo específico, Oliveira e colaboradores (2008) propuseram estratégias de gestão visando a contribuir com a conservação e recuperação de áreas degradadas na APA Litoral Sul de Sergipe. Para tanto, utilizaram indicadores de sustentabilidade a partir do estabelecimento de uma matriz de indicadores de pressão, impacto, estado e resposta, os quais contribuirão para a recuperação das áreas degradadas. Segundo eles, esses indicadores são instrumentos importantes para nortear a gestão integrada e participativa da APA por considerar aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos.

É com base nos mais de 120 indicadores de sustentabilidade para a atividade turística, apontados por Choi & Sirakaya (2005) que são elencados a seguir, com algum grau de adaptação relativo as realidades locais e em consonância com os atuais e potenciais usos turísticos da região e impactos socioambientais correlatos, os indicadores de monitoramento para o desenvolvimento de um Turismo Sustentável na região da APAMLS. Por meio destes será possível monitorar, no tempo e espaço, aspectos diversos da atividade turística para a região, como por exemplo: caracterização do setor: motivação, grau de satisfação, sazonalidade; impactos gerados e estresse sobre ecossistemas, bens e serviços; estado de conservação e resultados de ações de conservação em ambientes naturais.

Quadro 3.3.5.3-1 – Indicadores de monitoramento para a atividade turística na Baixada Santista e APAMLS.

Temas-chave	Indicadores
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	
Perfil do turista	- Idade, gênero, estado civil, renda, se acompanhado, grau de instrução, origem, gastos, motivação, atrativos visitados, grau de satisfação, frequência de visitação, taxa de retorno, meio de hospedagem utilizado. (Indicador a ser obtido por meio de aplicação de questionário decenal).
Relevância socioeconômica do Turismo	- Percentual de estabelecimentos turísticos; - Porcentagem de estabelecimentos comerciais relacionados com o turismo abertos o ano inteiro; - Percentual de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor; - Rendimento médio em comparação a outros setores da economia; - Grau de Preservação dos Recursos Turísticos; - Número e porcentagem de empregos relacionados com o turismo que são permanentes – válidos o ano inteiro (comparado com os empregos temporários); - e mulheres) empregados no turismo (também uma razão entre empregos relacionados com o turismo e a população total empregada); - Número de imóveis regularizados ao longo do tempo; - Número de construções sustentáveis ao longo tempo; - Porcentagem de habitantes que acreditam que o turismo tem ajudado a trazer novos serviços de infra-estrutura (baseado em questionário); - Número e capacidade dos serviços sociais disponíveis para a comunidade (porcentagem atribuível ao turismo);
Relevância socioeconômica do Turismo	- Cumprimento da legislação trabalhista pelos empreendimentos turísticos; - Marginalização de populações locais por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo; - Existência ou uso de processo de planejamento/desenvolvimento do turismo local; - Percentual do setor do Turismo na composição do PIB Municipal.
Sazonalidade	- Razão de turistas para locais (média e período de pico/dias); - Percentual de empregos permanentes relacionados ao turismo em comparação aos empregos temporários; - Chegadas de turistas por meses ou trimestres (distribuição ao longo do ano); - Controle da intensidade do uso através do Número total de chegada de turistas (média, mensal, na alta estação) e do Número de turistas por m² no local (p. ex. nas praias, atrações), por km² da destinação; - Taxas de ocupação para acomodação licenciada (oficial) por mês (períodos de pico comparados à baixa estação) e porcentagem de todas as ocupações por mês ou trimestre; - Percentual de estabelecimentos que compõe as atividades características do Turismo abertos o ano todo.
Dependência e exclusão econômica	- Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo; - Marginalização de populações locais por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo; - Razão da empregabilidade entre os diversos setores econômicos (série histórica); - Acompanhar a evolução de indicadores de qualidade de vida, tais como IDH e outros.
INDICADORES CULTURAIS	
Artesanato	- Quantidade de feiras e exposições de artesanato; - Razão quantitativa e qualitativa entre a produção local e as peças expostas em feiras; - Tipo de matéria-prima e identidade cultural do artesanato produzido; - Interação dos empreendimentos turísticos com o artesanato local.
Eventos culturais	- Quantidade de eventos; - Local de realização;

Temas-chave	Indicadores
	- Finalidade principal do evento: fins turísticos ou fins socioculturais.
Comunidades tradicionais	- Levantamento quantitativo e qualitativo das comunidades tradicionais existentes na região: número de famílias, idade, gênero, renda, saberes, atividades econômicas, etc. - Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo; - Grau de satisfação e envolvimento com o turismo das comunidades tradicionais (Indicador a ser medido por meio da aplicação de questionários); - Receita gerada pelo turismo (porcentagem do total de receita gerada pela comunidade);
Temas-chave	Indicadores
Comunidades tradicionais	- Nível de participação local nas consultas relativas às ações de desenvolvimento do turismo local; - Marginalização de populações locais por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo; - Número de autorizações diretas ao longo do tempo; - Áreas manejadas ao longo do tempo; - Quantidade de recursos manejados ao longo do tempo.
Patrimônio histórico	- Quantidade de bens materiais e imateriais; - Estado de conservação dos bens materiais; - Recursos destinados anualmente para a conservação e manutenção dos bens culturais.
INDICADORES AMBIENTAIS	
Poluição das águas	- Monitoramento da qualidade dos corpos hídricos ao longo do tempo; - Balneabilidade de rios e praias; - Percentual de esgoto tratado; - Frequência de doenças hídricas; - Sítios contaminados; - Frequência de acidentes no turismo envolvendo contaminação por hidrocarbonetos.
Poluição do solo	- Volume de lixo gerado (tonelada/mês); - Volume de lixo reciclado (tonelada/mês); - Quantidade de lixo jogado nas praias por mês; - Sítios contaminados; - Frequência de acidentes no turismo envolvendo contaminação por hidrocarbonetos.
Supressão de vegetação	- Número de imóveis regularizados ao longo do tempo; - Número de construções sustentáveis ao longo do tempo; - Número de hectares de vegetação nativa desmatada para implantação de infraestrutura turística.
Degradação da paisagem	- Contraste entre as intervenções antrópicas para fins turísticos e o ambiente natural original e edificações tradicionais da região. (Indicador a ser medido através de questionário sobre a percepção tanto de turistas quanto de moradores locais sobre a paisagem do local).
Capacidade de suporte	- Controle da intensidade do uso através do número total de chegada de turistas (média mensal na alta estação) e do número de turistas por m² nos atrativos (praias, ilhas, etc.), por km² na destinação; - Capacidade de suporte para a exploração do recurso pesqueiro em torno das ilhas, parcs e costões rochosos; - Relação entre o fluxo de embarcações e avistamentos de cetáceos (conforme métodos científicos adotados por Instituições de Pesquisa e de acordo com o Plano de Ação Nacional para Pequenos e Grandes Cetáceos) (ICMBio, 2010; ICMBio, 2011); - Tamanho da população de cetáceos ao longo do tempo (conforme métodos científicos adotados por Instituições de Pesquisa e de acordo com o Plano de Ação Nacional para Pequenos e Grandes Cetáceos) (ICMBio, 2010; ICMBio, 2011); - Gerar indicador de capacidade de suporte para o fluxo náutico, visando a não interferência no comportamento dos cetáceos.

Temas-chave	Indicadores
INDICADORES AMBIENTAIS	
Processos erosivos e de assoreamento costeiro e corpos d'água	- Monitoramento da deposição e retirada de sedimentos em áreas adjacentes a intervenções antrópica para fins turísticos (piéres, molhes, emissários, plataformas, hotéis, casas e prédios de veraneio, estruturas de apoio náutico).
Água	- Razão entre a disponibilidade e consumo total associado ao turismo (litros/dia); - Economia de água (porcentagem de consumo reduzido, de água recapturada ou reciclada); - Porcentagem de estabelecimentos turísticos com água tratada em padrões internacionais de potabilidade; - Porcentagem de estabelecimentos turísticos (ou acomodações) com sistemas de tratamento.
Energia	- Consumo per capita de energia de todas as fontes (o total, e pelo setor de turismo, por pessoa, por dia); - Porcentagem de empresas que participam de programas de conservação de energia ou que aplicam políticas e técnicas de economia de energia; - Porcentagem de consumo de energia de fontes renováveis (nos destinos e nos estabelecimentos).
Saúde	- Frequência de doenças oriundas da água; - Número/porcentagem de visitantes que relatam doenças oriundas da localidade investigada; - Porcentagem de esgoto tratado (níveis primário, secundário ou terciário).

3.3.5.4 IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE ÁREAS CRÍTICAS E VULNERÁVEIS

O Diagnóstico Participativo elencou as áreas apontadas como vulneráveis que necessitam de atenção para conservação e para planejamento de uso e que devem ser destacadas nas discussões do zoneamento e PM, a saber: Barra de Icapara, Barra do Ribeira e praias de Ilha Comprida. As primeiras foram citadas devido ao processo erosivo que vêm sofrendo, de acordo com os pescadores artesanais; a última foi citada pela pressão sofrida pelo turismo de massa, que gera muitos resíduos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Com relação à definição das áreas da APAMLS consideradas de relevância ambiental, degradadas ou impactadas e vulneráveis, o Diagnóstico Participativo apontou ilhas, barras, parcéis, costões e praias como pontos de atenção no que tange à conservação. Apontou também que a comunidade participante demanda o ordenamento das atividades visando à conservação ambiental, ponto importante para as discussões sobre zoneamento e elaboração do Plano de Manejo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Nesse sentido, entendemos que toda a extensão geográfica de praia no município de Ilha Comprida deva ser considerada como área crítica/vulnerável e prioritária para conservação, visto que os impactos causados pelo turismo desordenado poderão colocá-la em risco iminente, em especial aqueles relacionados ao aumento do tráfego de veículos.

Por sua vez, a Ilha do Bom Abrigo, AME da APAMLS, foi reconhecida como área degradada ou impactada, o que poderia abrir a possibilidade para propostas mais focadas e avançadas de gestão dos usos e conservação. Foi levantado pelos participantes das oficinas que a Ilha do Bom Abrigo é um local de grande interesse, pois concentra uma diversidade de usos, como a pesca no seu entorno (considerando a

restrição de pesca a 300 metros da ilha), visitação e utilização como abrigo para embarcações. Problemas de conservação do patrimônio histórico na Ilha do Bom Abrigo foram descritos no Diagnóstico Participativo (RIBEIRO & PEREIRA, 2015; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Atualmente, a ilha é utilizada por pescadores profissionais do município e também por pescadores que vem dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Sendo um porto seguro, o local ainda é uma das poucas ilhas oceânicas que possui uma fonte natural de água doce e praia abrigada. Além do uso pesqueiro, a ilha vem sendo utilizada por turistas pela sua beleza cênica. É importante ressaltar que a Ilha do Bom Abrigo envolve diversos atrativos, fazendo dela um potencial destino turístico. Apesar das restrições, é fato que esse turismo já ocorre, e dessa forma, faz-se necessário desenvolver um planejamento e entender os impactos e riscos possíveis para a visitação (BIOAUSTRAL, 2015). Finalmente, citamos as Ilhas da Figueira, do Castilho e do Cambriú como áreas vulneráveis na região, visto que ocorrem atividades turísticas relacionadas à pesca esportiva, pesca subaquática e mergulho nos seus arredores, inclusive de turistas oriundos do Estado do Paraná.

De forma geral, em todos esses locais citados nesse tópico existe a necessidade de ordenamento da atividade turística através de zoneamento ambiental específico, bem como, a promoção de ações e programas de divulgação e de conscientização ambiental visando a melhorar o conhecimento da população em relação à existência e a função da UC na região. Importante ressaltar, que as Ilhas do Castilho e do Cambriú pertencem a ESEC Tupiniquins e já apresentam um zoneamento específico (ver ICMBio/MMA/2008).

3.3.5.5 POTENCIALIDADES/OPORTUNIDADES

Nas oficinas do Diagnóstico Participativo, foi colocado que as potencialidades ligadas ao turismo na região se devem, principalmente, ao desenvolvimento do turismo com base comunitária, turismo náutico, turismo educacional, e turismo para observação de fauna (aves e animais marinhos). Para o desenvolvimento da potencialidade turística, são necessárias ações de capacitação de funcionários e comunidades, divulgação de roteiros, estudos de mercado e melhorias na infraestrutura de locais interessantes para visitação, especialmente de recepção de turistas nas comunidades e essas ações precisam do envolvimento de diferentes atores, como as comunidades locais, empresas e agências de turismo, governos municipais e estadual (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

A região em que se encontra a APAMLS apresenta algumas iniciativas interessantes relacionadas principalmente ao turismo de base comunitária. Assim sendo, especial atenção merece todo o processo de ordenamento turístico proposto para a comunidade do Marujá, descrito aqui anteriormente. Campolim et al. (2008) ressaltam que o reconhecimento desse processo tem se dado por meio da frequente consulta e visitas técnicas de entidades governamentais e não governamentais que atuam com UCs no Estado de São Paulo, além de outros Estados. Além disso, outra forma de reconhecimento se deu através do Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável, recebido em dezembro de 2002, com o artigo “O turismo de base comunitária no Parque Estadual da Ilha do Cardoso”. Os benefícios refletem, ainda, nas atividades turísticas do Vale do Ribeira como um todo, aumentando a demanda para o comércio e serviços receptivos da região e a procura por outras Unidades de Conservação, favorecendo ainda as agências emissivas dos centros urbanos. Outro resultado expressivo é que as ocorrências criminais e de danos ambientais vinculadas à visitação pública nessa comunidade, diminuíram drasticamente desde o início das atividades (verão de 1997/1998) (CAMPOLIM *et. al.*, 2008).

Em estudo recente, Marinho (2013) conclui que o estudo de caso realizado no Marujá possibilitou a comprovação da hipótese central de sua pesquisa, ou seja, da existência de uma modalidade singular de gestão comunitária (autogestão) e gestão compartilhada (cogestão) entre a comunidade do Marujá, o PEIC e outras áreas protegidas de Cananeia, em uma porção expressiva do Complexo Estuarino - Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá. Modalidade essa que é mantida, fundamentalmente, pela comunidade do Marujá, por meio de sua instância política de organização, a AMOMAR. Respalda-se nos acordos firmados com o PEIC (Plano de Manejo e atas do Conselho Consultivo), com órgãos vinculados a pesca e também com outras UCs.

Sem dúvida, outro exemplo de boa prática relacionada ao turismo comunitário é o caso da Comunidade Quilombola do Mandira, localizada na região continental da cidade de Cananeia. Por conta da diversidade de atividades turísticas, incluindo roteiros educacionais, os mandiranos hoje se tornaram uma referência entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Tornaram-se referência também de empreendimentos mercadológicos de cunho totalmente sustentável e relativamente bem sucedidos. Evidentemente que, como todo empreendimento e como toda comunidade, têm problemas. Entretanto, o apoio constante de seus parceiros tem colaborado para que essas dificuldades sejam vencidas. No plano das conquistas materiais, o resultado concreto é perfeitamente mensurável, como bem demonstrou a análise de Gouveia (2010 *apud*. LUCIO, 2013). Do ponto de vista sociológico, é importante ressaltar o grande papel que a atividade do turismo hoje tem representado para, pelo menos, a preservação de algumas práticas culturais de caráter religioso (em particular a festa de Santo Antônio e o Terço Cantado) que, inseridos na programação cultural, acabam sendo fortalecidos na memória e nas práticas dos mais jovens, o que pode no médio e no longo prazo, fazer com que permaneçam (LUCIO, 2013). Esse dados corroboram o que foi citado anteriormente que consta no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). No caso, o turismo é considerado potencialidade se realizado de forma ordenada e sustentável e desordenado quando apontadas interações negativas e como agente de problemas ligados ao lixo na APAMLS (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Dessa forma, podemos concluir que diante do potencial turístico diagnosticado no DP (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) a solução apresentada para a gestão turística na comunidade do Marujá pode ser entendida como uma das boas práticas para se espelhar na região onde se insere a APAMLS. Obviamente, que cada segmento turístico tem suas especificidades naturais, mas se tomarmos por base que o envolvimento direto das comunidades nos processos de planejamento participativo dos planos de turismo para a região são a melhor forma de enraizar, ampliar e democratizar o alcance dos benefícios gerados por esse segmento, o caso específico da comunidade do Marujá merece ser compreendido mais profundamente. Claro que existem conflitos na vida cotidiana com esse processo participativo, mas nada que acordos bem negociados com todos os atores sociais envolvidos não possam superar sem maiores problemas. Por outro lado, existe o desafio relacionado às especificidades dos objetivos e da gestão de cada categoria de UC. Se por um lado as UC's de proteção integral têm uma relação mais direta com usuários e moradores, possibilitando um maior estreitamento dessa relação e do estabelecimento de acordos de cogestão do turismo, por outro lado, a gestão das APAM's tem que lidar com o relacionamento entre os mais diversos e múltiplos atores sociais. Sem dúvida, esse é ponto que pode alterar a dinâmica de envolvimento com os comunitários em relação à gestão dos diferentes segmentos turísticos na área da APAMLS. Independente disso, não podemos deixar de analisar a situação específica das comunidades caiçaras de Pedrinhas e da Barra do Ribeira, cujo potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária é latente e pujante, mas que devido a ausência de planejamento turístico deixou-os a mercê das influências negativas geradas pelas atividades turísticas praticadas de forma desordenada em sem o respeito básico ao seu saber-fazer e ao seu modo de vida rico e peculiar.

O Diagnóstico Participativo identificou que uma das principais potencialidades ligadas ao turismo se deve principalmente, ao desenvolvimento do ecoturismo em locais especificados. Esse potencial está relacionado aos recursos naturais existentes na APAMLS, sendo considerado uma potencialidade se realizado de forma ordenada e sustentável. Apesar de representarem ameaças se praticados de maneira desordenada e irregular, algumas atividades também representam potencialidades para a gestão (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Sobre as perspectivas para a melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico local, Moraes (2004) cita que a melhor alternativa é o ecoturismo. Contudo, atualmente existe a necessidade de se provocar discussões e subsidiar ações de educação ambiental e ecoturismo, visando a melhoria da qualidade de vida e a conservação da paisagem natural nessa região do litoral Sul de São Paulo (JUNIOR *et. al.*, 2016). Nesse sentido, um estudo sobre o potencial de exploração dos atrativos de Ilha Comprida sob a ótica de representantes do turismo local levantou os atrativos que esses atores sociais consideram que estão sendo explorados atualmente e os atrativos potenciais para a exploração, sob o conceito de ecoturismo e turismo de observação, bem como, o grau de importância para os mesmos. Para os autores da pesquisa a orla marítima pode apresentar um grande potencial para exploração econômica do turismo de observação por ser um ponto de encontro de aves, inclusive as espécies migratórias, podendo inclusive apoiar a preservação de espécies, visto que o Papagaio-da-cara-roxa é típico da região, mas ainda vítima do comércio ilegal. Assim, a oferta de safáris fotográficos e de dinâmicas como o *watchbirding* seriam exemplos de práticas vivenciais voltadas para o turismo de observação que poderiam favorecer a permanência da espécie na natureza e redução dos impactos ambientais causados pela exploração típica realizada neste ambiente (HOPPEN *et al.*, 2013).

A região apresenta outro exemplo de boa prática relacionada ao turismo educacional e turismo científico praticado em outra UC da região, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Exemplo citado anteriormente, entre os anos de 2002 e 2006 o Núcleo Perequê do PEIC, localizado na parte nordeste da Ilha, recebeu 210 grupos de visitantes, totalizando 8.420 pessoas. De forma geral, a grande maioria dos visitantes do núcleo participou de atividades educativas (estudo do meio ambiente), representados por grupos de escolas, que visitaram a UC com agências de turismo especializadas, durante o período do calendário escolar, permanecendo em torno de três dias (MOAES; LIGNON, 2012).

Existe também uma potencialidade relacionada ao turismo de pesca na região. Através da análise de dados oriundos das entrevistas e observações de campo realizados na área da APAMLS, nota-se que existe no território uma organização para a prática da pesca amadora também associada ao turismo através da relação entre os setores da cadeia produtiva da pesca amadora. Nessa região, muitas das instalações náuticas têm como público principal o pescador amador e citam a oferta de demais serviços relacionados à pesca como hospedagens, guias e piloteiros, venda de equipamentos e iscas, ou seja, uma organização em torno dos serviços necessários para os pescadores amadores visitantes. Mesmo os pescadores amadores que não possuem embarcações próprias encontram na região oferta de aluguel de embarcações e indicações dos demais serviços necessários para a prática. Para os pescadores embarcados, os estuários, as ilhas e parais da região são os principais atrativos, enquanto as praias e o estuário são os principais atrativos para os praticantes da pesca desembarcada (SÃO PAULO, 2015).

Pode-se afirmar que a situação diagnosticada nos planos de manejo da ESEC Tupiniquins (ICMBio/MMA, 2008) e da APACIP (ICMBio/MMA, 2016) é similar a que ocorre nos territórios da APAMLS, uma vez que as características relacionadas a pesca esportiva são muito parecidas e que no Diagnóstico Participativo foi conferida a pesca amadora uma característica de turismo voltado para a pesca e, nesse sentido, ambos aparecem como potencialidades e nas interações positivas, indicando sua importância, principalmente em

relação ao aspecto econômico, sendo esses temas considerados relevantes no incremento de renda dos pescadores profissionais (compra de isca, aluguel de barco, serviço de pilotagem).

Durante as oficinas de Diagnóstico Participativo da APAMLS foi solicitado aos grupos que indicassem áreas importantes por razões econômicas ou ambientais. Foram citados alguns pontos de mergulho, os costões rochosos das ilhas e parciais, e o farol da Ilha do Bom Abrigo. Além dos atrativos naturais, foi identificado atrativo arqueológico na Ilha do Bom Abrigo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Berchez *et al.* (2007 *apud.* MOAES & LIGNON, 2012), em sugestão de modelos de educação ambiental em UCs ligadas a ecossistemas marinhos, desenvolveram atividades em caiaques nos manguezais da Praia Dura (Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo), denominada 'Trilha em Caiaque'. Segundo os autores, esse modelo teve pequeno número de visitantes em virtude de problemas logísticos, incluindo a dificuldade de acesso ao manguezal. Apesar disso, os autores afirmam que as atividades podem ser desenvolvidas em grupos fechados em outras Unidades de Conservação (MOAES & LIGNON, 2012). Vale ressaltar, que recentemente a Associação de Monitores Ambientais de Cananeia (AMOANCA) aprovou junto ao Instituto Ambiental Linha D'água uma proposta para aquisição de caiaques que serão utilizados em roteiros ecoturísticos em UC's da região.

Os passeios turísticos em manguezais já são realizados em diversos locais do Nordeste Brasileiro, principalmente no sul da Bahia, aonde este atrativo turístico vem demonstrando as suas potencialidades científicas para estudantes e culturais para turistas. A prática do turismo em áreas de manguezais, além de ser uma opção para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, nas comunidades caiçaras, deve promover também, atividades voltadas principalmente a educação ambiental. Sendo assim os manguezais constituem atrativos ecoturísticos consideráveis, que, juntos a outras ofertas turísticas, poderiam integrar "pacotes turísticos" acompanhados por safáris fotográficos de espécies da fauna e flora, bem como passeios de barco através de rios e canais (ALMEIDA & SUGUIO, 2010).

Identificamos um grande potencial para o desenvolvimento de roteiros turísticos integrados associados ao ecoturismo e turismo educacional em áreas de dunas, restingas e praias. Contudo, quando se fala de turismo em dunas, quase imediatamente se pensa em passeios de *buggy*, realizados principalmente no Nordeste Brasileiro. Porém, esta prática causa degradação ambiental, que pode conduzir à reativação de dunas costeiras estabilizadas e, portanto, deveria ser coibida, principalmente em dunas já estacionárias que estão recobertas pela vegetação. As dunas costeiras da Ilha Comprida (SP) apresentam-se em grande parte vegetadas e, portanto, estabilizadas, mas para o norte da ilha ainda estão ativas. As dunas possuem um potencial turístico também direcionado ao ecoturismo, em função dos aspectos descritos a seguir: a) contato com a natureza; b) beleza cênica; c) aprendizado cultural; d) educação ambiental (ALMEIDA, 2008). Sem dúvida, a criação e oferta de roteiros integrados entre os ecossistemas de restinga, duna e praia possibilitariam o incremento das atividades de turismo educacional e ecoturismo na APAMLS. Além disso, esses roteiros ainda podem ser integrados com visitas a comunidades tradicionais fortalecendo o turismo cultural e/ou o turismo comunitário.

Consideramos importante citar que todos os ecossistemas do entorno da APAMLS tem importância fundamental para a conservação da região como um todo, bem como, apresentam imenso potencial para o desenvolvimento e a realização de atividades turísticas sustentáveis. Sugere-se que futuramente esses roteiros sejam propostos, criados e gerenciados de forma interinstitucional (APAMLS, APAIC e Prefeitura) envolvendo também monitores ambientais e integrantes das comunidades tradicionais que podem ser capacitados, caso queiram, como guias regionais de turismo através de programas de formação específicos para a região ou ainda em qualquer outra área relacionada ao segmento turístico de acordo com as suas necessidades, desejos e/ou demandas específicas.

3.3.5.6 LACUNAS DE CONHECIMENTO

O papel do Estado na organização do turismo é fundamental para garantir o desenvolvimento da atividade, tendo como princípio a defesa dos interesses públicos. A ausência de políticas que coordenem a expansão do turismo contribui para que as comunidades das localidades onde ele ocorre não participem do seu processo de desenvolvimento, embora sejam submetidas a todas as consequências, boas e ruins, provocadas pela atividade. O que fica claro é que a implantação da atividade turística deve ser antecedida de um planejamento. É importante lembrar que o planejamento tem a tendência de se impor à população, porém os modelos de planejamento devem ser compatíveis com as especificidades e a realidade de cada região. Por isto vemos a necessidade de um planejamento participativo (PRETTI, 2008).

No caso das APAM's, torna-se fundamental que o planejamento do turismo seja realizado de forma integrada entre estado e municípios, uma vez que a sua gestão não depende única e exclusivamente do estado, como é o caso dos Parques Estaduais por exemplo.

Conforme mencionado anteriormente, durante o processo participativo de elaboração do Plano de Manejo da APACIP foi detectado que apesar de todas as evidências de que o turismo, junto com a pesca, é a base econômica do litoral sul de São Paulo é difícil mensurar a atividade, ou melhor, o leque de atividades ligadas a essa cadeia produtiva em toda a região. A falta de registros, informalidade, sazonalidade, complementaridade de atividades, são lacunas que demandam pesquisas e levantamentos a partir da articulação com os profissionais através de suas associações e sindicatos para que se possam dimensionar os efeitos do turismo na APA.

Ressalta-se, o incipiente ou inexistente trabalho sistemático voltado ao planejamento e gestão pública do turismo para a região. Conforme verificado, os municípios em que a APAMLS está inserida não possuem publicados inventários da oferta turística e Planos Diretores de Turismo. Em algumas dessas cidades identificamos o não funcionamento do Conselho Municipal de Turismo.

Acreditamos que o cenário acima também se aplica ao território que compreende a APAMLS e seu entorno. Contudo, algumas lacunas específicas serão apontadas de forma a indicar pontos específicos em que se necessita aprofundar a investigação técnica e/ou científica para melhorar mensurar e avaliar não só as ameaças e possíveis impactos da prática desordenada do turismo na APAMLS, mas também as potencialidades existentes na região que podem servir de base para a criação de programas turísticos ordenados e sustentáveis.

Dessa forma, denota-se a lacuna e a importância no estabelecimento de indicadores e monitoramento sistemático da atividade turística como um todo, a fim de melhor gerenciar atividade socioeconômica de extrema relevância para toda a região, potencializando os seus impactos positivos e prevenindo e mitigando impactos negativos. Os indicadores de monitoramento servem, portanto, o sistemático acompanhamento e gerenciamento da atividade em constante transformação, resultando em planos estratégicos de médio e longo prazo, a exemplo dos Planos Diretores de Turismo Municipais e Regionais.

Um segundo ponto bastante importante refere-se ao desconhecimento dos moradores e turistas em relação à existência e importância da APAMLS. Uma pesquisa demonstrou que 93% dos habitantes, considerados numa amostragem de 2,7% da população, não possuem qualquer conhecimento sobre a condição ambiental do município, não fazendo ideia do que significa o termo APA (ARARIPE, *et. al.*, 2008). Nesse sentido, o desenvolvimento de pesquisas de opinião pública poderão gerar preciosas e importantes informações capazes de servirem como base e subsidiarem a elaboração de programas de educação patrimonial e ambiental na região.

Hoppen *et al.* (2013) mostraram a percepção dos representantes de instituições locais ligadas ao turismo no município de Ilha Comprida, iniciando uma discussão sobre o assunto. O artigo não abordou problemas ambientais ligados à sustentabilidade como o controle e a fiscalização de exploração turística em APA de Ilha Comprida, coleta e deposição de resíduos provenientes do meio urbano e do turismo, razão pela qual seria interessante que outras pesquisas fossem realizadas para que um volume maior de informações seja agregado continuamente, tornando a base de dados cada vez mais consistente, além de, expandir a coleta para outros segmentos tais como: a população local e o turista.

Em relação ao uso das praias, há uma lacuna de informação importante sobre os impactos da circulação de veículos motorizados (tais como automóveis, quadriciclos, carro à vela, entre outros) sobre a praia e sobre a fauna local, cujos usos são intensificados na alta temporada turística. Embora o tráfego de automóveis seja proibido em alguns trechos de praia de Ilha Comprida, a ausência de uma via de ligação entre o trecho de Pedrinhas ao Boqueirão Sul, faz com que haja intenso fluxo de carros nesse trecho, além do próprio ônibus municipal da Ilha Comprida que usa o trecho sistematicamente. Tais estudos permitiriam o melhor dimensionamento dos impactos desses veículos e subsidiariam a tomada de decisões sobre a abertura de uma via de acesso entre Pedrinhas e Boqueirão Sul, ou se a melhor opção seria a manutenção do uso desse trecho.

Já em relação ao tráfego de embarcações, durante as discussões do processo de elaboração do plano de manejo da APACIP relacionados aos regramentos para o estuário não foi possível um consenso ou parâmetros técnicos capazes de nortear uma definição para esse fator de pressão. Assim, esta demanda voltou-se ao programa de pesquisa, com vistas a estabelecer, com estudos aprofundados, possíveis limites de velocidade no estuário (ICMBio/MMA, 2016). Sem dúvida, essa é uma das mais importantes lacunas de conhecimento existentes na região, pois podem afetar diretamente os ecossistemas da região, bem como, os mamíferos marinhos e outros animais que vivem ou visitam todo o território. Paralelamente, podem afetar também as comunidades tradicionais que vivem em áreas do entorno da APAMLS. Importante voltar a ressaltar, a existência de laudo técnico emitido pelo Instituto Geológico que em relação ao tráfego de embarcações sugere: *a elaboração, com urgência, de um regulamento para o tráfego de embarcações ao longo de toda a laguna de Arapira, estipulando limites para: o tamanho e a potência dos motores das embarcações, a distância da margem e a velocidade máxima de navegação, bem como, o número de embarcações a trafegar por um mesmo trecho ao mesmo tempo* (SOUZA, 2015)

Sobre as atividades ligadas à pesca amadora e/ou esportiva, as marinas conjugam-se com pousadas, as quais se conjugam com prestadores de serviços. Porém, não há dados confiáveis para analisar a atividade. Em função disto, parece indispensável um melhor acompanhamento técnico-científico dessa atividade, além de um processo de ordenamento voltado para a sua expansão, comprometido com o uso sustentável dos recursos e com a eliminação de potenciais conflitos entre os diferentes usuários dos recursos pesqueiros (DIAS NETO & DORNELLES, 1996 *apud*. SOUZA, 2004).

Indicamos a importância de se fazer um levantamento minucioso sobre a quantidade de pescadores amadores/ano que usam as áreas da APAMLS, especificamente aqueles que usam do perímetro das AMES para desenvolver sua atividade fim, seja a pesca embarcada ou subaquática. Com isso, o setor de turismo relacionado a pesca poderá dispor de informações capazes de subsidiar planos de desenvolvimento, ordenamento e gestão mais eficazes e capazes de atender as demandas de turistas e de prestadores de serviços.

Diante disso, entende-se também que existe a necessidade imediata de se levantar informações precisas sobre todo o segmento turístico na região visando a entender como se dá a dinâmica de seu

desenvolvimento na área e de forma a identificar e a mensurar quais os impactos positivos e negativos que as atividades causam na área da APAMLS. Ressalta-se que acaba de ser aprovada a profissão de Condutor de Turismo Embarcado, cuja organização poderá contribuir para a regularização e ordenamento dessas atividades em toda a região (ICMBio/MMA, 2016).

Em relação à Ilha do Bom Abrigo, conforme BIOAUSTRAL (2015) ainda faz-se necessário o estudo da capacidade suporte das áreas de interesse turístico, tais como a área da praia, a estação baleeira, a trilha do farol e mirantes, além de áreas de interesse para mergulho. Tais estudos servirão de base e subsídio para o ordenamento da atividade turística como um todo no local, caso ocorra um acordo para a liberação do uso público junto à Marinha do Brasil.

De forma geral, a visitação em áreas naturais deve procurar minimizar os impactos negativos da atividade e a maximizar a qualidade da experiência do visitante (BRASIL, 2003 *apud* MOAES & LIGNON, 2012), sendo necessária a adoção de mecanismos de monitoramento do impacto, assim como o estabelecimento de estratégias de manejo da visitação que busquem compatibilizar a conservação da natureza e a visitação em ambientes naturais.

3.3.5.7 CENÁRIOS FUTUROS

Segundo Pretti (2008), a implantação da atividade turística deve ser antecedida de um planejamento. A autora afirma que é importante lembrar que o planejamento tem a tendência de se impor à população, porém os modelos de planejamento devem ser compatíveis com as especificidades e a realidade de cada região. Por isto vê a necessidade de um planejamento participativo. Para ela, através do planejamento participativo, os municípios podem alcançar o desenvolvimento, no amplo sentido deste termo. Afirma ainda que, a construção de uma conscientização, especificamente sobre a instalação de empreendimentos turísticos, deve ultrapassar a questão econômica, transcendendo a perspectiva do lucro e garantindo melhores condições de vida aos habitantes locais, dentro de suas particularidades. Assim, envolvimento da comunidade local junto à atividade turística em seu espaço vivido é fundamental, sendo que, quando o turismo é planejado, tal integração é bem mais provável.

Swarbrooke (2000 *apud* CARVALHO & BARRELA, 2004) aponta outras sugestões para diminuir o impacto do turismo litorâneo, das quais se destacam:

- a) Manter um diálogo com a comunidade local, regularmente;
- b) Melhorar a participação dos moradores no desenvolvimento futuro mediante oportunidades de investimento para empresários locais, além de empreendimentos conjuntos que tragam benefícios para a comunidade local;
- c) Melhorar a colaboração entre os órgãos governamentais e as operadoras turísticas locais. Esses pontos também são importantes para os balneários de Ilha Comprida, Porto Cubatão, Barra do Ribeira e Peruíbe (CARVALHO & BARRELA, 2004).

Levando em consideração a importância dos estudos de capacidade de carga turística, por permitir a redução dos impactos negativos do turismo, Pretti (2008) acredita que este deve ser um elemento contemplado no planejamento da atividade turística.

Nesse sentido, Niefer (2002) indica que existe a necessidade imediata de se estabelecer a capacidade de carga visando à mitigação dos impactos relacionados ao uso turístico da região. A capacidade de carga

(limites de câmbio aceitáveis, técnicas de manejo de visitantes) mede a fragilidade do destino e identifica mudanças na sua capacidade de suportar atividades turísticas. Estima o número possível de turistas praticando as atividades mais comuns no local. Um manejo correto pode aumentar este número.

Para Takahashi (1998), a realização de muitos trabalhos e a comprovação de que não existe relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos em uma área e que estes impactos estão muito mais ligados ao comportamento dos usuários do que propriamente ao número de pessoas, resultaram em uma reformulação do conceito de capacidade de carga, conhecida como Limite Aceitável de Câmbio – LAC. Este sistema de planejamento, apresentado por Stankey *et. al.* (1985 *apud.* TAKAHASHI, 1998), passou a ser amplamente adotado e adaptado para as mais diferentes situações com excelentes resultados, pelo que se observa na literatura especializada. A ideia geral que fundamenta o LAC não é nova nem representa uma mudança radical em como o planejamento é conduzido (HENDEE *et. al.*, 1990 *apud.* TAKAHASHI, 1998). Não se trata de um novo conceito, mas uma reformulação do conceito de capacidade de carga, desenvolvido em resposta ao reconhecimento de que as metodologias anteriormente desenvolvidas e adotadas para definir e implementar a capacidade de carga recreativa em unidades de conservação eram deficientes (MCCOOL, 1996 *apud.* TAKAHASHI, 1998).

No Brasil, porém, tanto o manejo como o nível de pesquisa em unidades de conservação são ainda incipientes. Os problemas com os impactos da visitação existentes na maioria das áreas abertas ao uso público não são sequer tratados. A limitação de recursos, equipamentos e, principalmente pessoal, é uma constante. Tendo em vista tais aspectos e considerando que o desenvolvimento desordenado da recreação em unidades de conservação brasileiras pode comprometer os demais objetivos fundamentais para os quais elas foram estabelecidas, é relevante destacar a necessidade de realizar uma investigação sistemática sobre os impactos do uso recreativo para descobrir novos fatos ou princípios (TAKAHASHI, 1998). O sistema de planejamento LAC (Limite Aceitável de Câmbio) contém nove etapas distintas para melhorar a eficiência de sua implementação e o mais importante é que os administradores compreendam a base lógica de cada etapa e sua sequência no processo total (STANKEY *et. al.*, 1985 *apud.* TAKAHASHI, 1998).

Outro elemento que Pretti (2008) julga ser conveniente ao planejamento do turismo é o consórcio intermunicipal, uma vez que este possibilita que os municípios colaborem entre si e organizem a atividade turística com maior eficiência, eficácia e qualidade, favorecendo-se dos benefícios gerados, ao invés de buscarem ações isoladas e podem estimular a competição entre eles. Sem dúvida, a efetivação de um consórcio intermunicipal é viável na região em que se insere a APAMLS, uma vez que esse arranjo político envolveria apenas três municípios.

Para que a implantação da atividade turística ocorra de forma favorável ao meio ambiente e às comunidades receptoras, em prazo relativamente curto, torna-se necessário que os poderes públicos e a iniciativa privada dediquem urgente atenção a questões de infraestrutura, para evitar que se repitam na região os problemas verificados em outras partes, quase todos eles decorrentes de programação pessoal inexistente e, por isso mesmo, de um amadorismo que resulta, quase sempre, como ineficiente em termos de prestação de serviços e rentabilidade. Sabe-se que administrar o turismo como atividade econômica forte, geradora de benefícios, buscando fazer com que ela realmente atenda às necessidades dos turistas, mas, principalmente da comunidade envolvida, não é tarefa fácil, pois esta atividade é repleta de singularidades. Para tanto, cresce a necessidade das Instituições Governamentais, Empresariais e Organizações não Governamentais incluírem em seus projetos políticos e pedagógicos programas que possam garantir a preservação e a conservação desses locais, para que tanto o residente como o visitante conheçam melhor a história e a cultura local e passem a aproveitar esses espaços de forma consciente e prazerosa (PRETTI, 2008).

No cenário em que se insere a APAMLS, o zoneamento de uma unidade de conservação é um instrumento de planejamento que objetiva diferenciar os usos atribuídos a sua área conforme suas características, potencialidades e usos atuais (ICMBio/MMA, 2008). No Plano de Manejo da APACIP existem normas que visam ao ordenamento do território como um todo, sendo que as normas gerais, que envolve legislação muitas vezes existente, são fundamentais para a implementação da unidade de conservação (ICMBio/MMA, 2016). Assim, o zoneamento da APAMLS deve considerar, além dos seus objetivos, a legislação vigente, os aspectos ambientais e socioambientais da UC, com foco nos usos do território e nas áreas definidas como de relevância ambiental, além daquelas indicadas como vulneráveis, impactadas e degradadas. De certa forma, parte dessas informações foi trabalhada no Diagnóstico Participativo e poderão subsidiar o referido zoneamento. No entanto, é essencial a observância da avaliação técnica sobre as características ambientais e socioeconômicas da APAMLS, que embasará todo o processo de zoneamento (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Além disso, o DP identificou problemas e desafios que, muitas vezes, podem ser resolvidos ou minimizados pelo zoneamento, levantando propostas que podem ser consideradas. Em relação a essas propostas, algumas sugestões específicas e até direcionamentos para o zoneamento, relacionadas ao turismo, já foram apontados e deverão ser avaliados tecnicamente. São eles: avaliar o ordenamento para não sobrecarregar as áreas das praias rasas e arenosas; ordenar o conjunto da região norte da APAMLS (Jureia e Rio Una) com a APAMLC; ordenar a área de praia (Ilha Comprida e Jureia); e ordenar o turismo de forma geral. O zoneamento deve ainda disciplinar as atividades visando à redução de conflitos, criando regimentos específicos para cada classe de usuário: atividade pesqueira, visando a redução de conflitos entre pescadores artesanais, industriais, amadores e o turismo que utiliza as praias e outros locais importantes para a pesca artesanal. E, finalmente, atentar para áreas impactadas que são de relevância socioambiental, porque necessitam de pronta recuperação, incluindo patrimônios históricos e culturais que possam garantir a manutenção da cultura local de pesca artesanal (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Com base nessas informações preliminares no item “Contribuições para o planejamento da UC” indicaremos possíveis contribuições para o planejamento dos programas de gerenciamento da APAMLS de acordo com os principais e mais significativos segmentos turísticos analisados nesse diagnóstico técnico.

3.3.5.8 CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DA UC

3.3.5.8.1 Turismo de sol e praia

Os resultados da pesquisa realizada por Campos (2013) permitem afirmar que as pressões antrópicas no território da Ilha Comprida limitam e podem inviabilizar a conservação da paisagem. Um padrão observado foi a maior intensidade e recorrência de usos antrópicos nas faixas de território mais próximas da praia, onde se adensaram a abertura de vias, adequações da drenagem (valas e tubulações) e construções para serviços e comércios associados ao turismo (CAMPOS, 2013).

Indicamos algumas medidas que podem ser adotadas pela gestão da APAMLS para tentar minimizar os impactos ambientais na área costeira do município de Ilha Comprida e Iguape, que tendem a crescer exponencialmente em função da explosão populacional, tanto permanente quanto temporária, algumas medidas de mitigação poderiam ser tomadas, tais como:

- a) Campanhas de conscientização ambiental dos munícipes e dos turistas tratando da existência da UC, das boas práticas relacionadas ao turismo sustentável, da campanha “verão limpo”, dos mutirões de limpeza de praia entre outros;
- b) Articulação multi-institucional visando à criação e a promoção de campanhas de coleta seletiva e de reciclagem de resíduos sólidos sob-responsabilidade das Prefeituras;
- c) Fomentar a discussão, articulação interinstitucional e cogestão das questões relacionadas à ampliação da rede de esgotos e da capacidade de tratamento para atendimento a toda população dos municípios, junto às Prefeitura, SABESP e CETESB, responsáveis diretos por esses serviços;
- d) Coordenação do processo de organização para o credenciamento oficial de setores ecoturísticos que atuem nas áreas dos ecossistemas da APAMLS;
- e) Finalmente, tendo em vista toda a dinâmica sistêmica de ocorrência dos processos litorâneos de erosão e progradação percebe-se, desde já, a crescente necessidade da aplicação de leis e critérios rígidos quanto à manutenção de uma faixa de não edificação na orla marítima, visando maior proteção e preservação da paisagem costeira, além da minimização de desastres que constantemente vêm causando perda de vidas (OLIVEIRA, 2012).

3.3.5.8.2 Turismo náutico e turismos de pesca (Pesca Amadora)

A demanda por ordenamento das atividades de turismo náutico e pesca amadora foram temas de destaque nas oficinas do DP, com sugestões para o ordenamento das atividades pesqueiras e de turismo visando à conservação ambiental e à redução de conflitos e disputas, principalmente por espaço (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Neste contexto, o ordenamento das atividades na Ilha do Bom Abrigo foi destacado como um espaço particular dentro do amplo zoneamento da APAMLS devido sua importância para manutenção da biodiversidade e a alta intensidade e sobreposição de usos nesse local. Também foram feitas sugestões para ações de conservação e recuperação do patrimônio cultural e ambiental da Ilha. As diversas citações à Ilha do Bom Abrigo como área de relevância ambiental e os problemas que nela ocorrem, a torna área focal para as discussões de zoneamento e para as propostas de programas de gestão focadas no Plano de Manejo da APAMLS (RIBEIRO & PEREIRA, 2015; FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

De forma ampla, a organização de planos de ações para a região deve ser direcionada em três linhas principais: a) organização econômica da atividade turística; b) capacitação de mão de obra qualificada; c) educação ambiental para turistas e população local. Assim, para que o turismo possa se estabelecer como uma atividade eficiente economicamente e sustentável do ponto de vista ecológico, social e cultural na região do Vale do Ribeira, é necessário considerar três pontos básicos. O primeiro diz respeito ao estabelecimento de infraestrutura básica dos municípios, o segundo diz respeito ao envolvimento das comunidades no processo de planejamento e gestão da atividade turística, e o terceiro está relacionado à criação de uma infraestrutura de apoio turístico (CARVALHO & BARRELA, 2004).

No Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), foi destacado por alguns subsegmentos, principalmente da pesca artesanal e pesquisa, a necessidade de que os pescadores amadores estejam cientes de todas as regras envolvidas na atividade como, por exemplo, as cotas de captura, tamanho mínimo de captura, e conhecimento sobre as áreas de restrição à pesca. De fato, os poucos estudos disponíveis sobre pesca amadora na região do Litoral Sul que abordaram a questão das normativas

evidenciaram que grande parte dos praticantes de pesca amadora desconhece essas normas e alguns sequer portam a licença para pesca amadora expedida pelo Ministério da Pesca (MPA). Além da boa conduta e cumprimento das normas por parte dos pescadores amadores, parte da responsabilidade pelo desenvolvimento correto da atividade também foi atribuída aos guias de pesca e funcionários das marinas, que funcionam como apoio à pesca amadora. Durante as oficinas foi bastante ressaltada a necessidade de que os guias de pesca sejam devidamente capacitados e demonstrem condutas responsáveis com o ambiente e com os outros usuários (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Sem dúvida, torna-se necessária a criação de arranjos multi-institucionais visando a organização e a promoção de cursos profissionalizantes na região, em especial os cursos de “Guia de Turismo Regional” e “Guia de Turismo especializado em atrativo turístico”, ambos reconhecidos e regulados pela lei nº 8.623/93 e Decreto nº 946/93, bem como, de “Condutor de Turismo de Aventura” e “Condutor de Turismo de Pesca”, recentemente incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cadastro gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Vale ressaltar novamente, que não existem dados confiáveis e que existe a necessidade de levantamento de informações precisas sobre o turismo náutico e sobre pesca amadora e/ou esportiva para que se possa fazer uma análise mais aprofundada desse segmento turístico na região. O plano de manejo da APACIP (ICMBio/MMA, 2016) determinou algumas regras para o ordenamento turístico, com especial atenção à presença de cetáceos, que poderiam ser utilizadas e/ou adaptadas para a APAMLS. Nesse caso a inclusão de grandes cetáceos em futuras normas poderá colaborar diretamente para eventuais encontros e/ou programas de turismo de observação direcionados a esses animais na área da APAMLS. Algumas sugestões de normas que poderiam ser adaptadas para a APAMLS são:

- O uso de moto aquática *jet-ski* em áreas de ocorrência de cetáceos somente poderá ocorrer para deslocamento em velocidade reduzida e proibidas as mudanças bruscas de direção.
- Deverão ser divulgadas, em local de embarque e desembarque de visitantes, informações sobre segurança náutica e regras de tráfego, bem como de boas práticas ambientais.
- É permitida a prática de esportes náuticos, desde que não interfiram no comportamento dos cetáceos e nas atividades pesqueiras tradicionais.
- É proibido emitir ruídos e utilizar instrumentos sonoros tais como rádio, apito, instrumentos de percussão, fogos de artifício, sinalizadores e sirene que resultem no afugentamento intencional das aves. Excetuam-se as manifestações culturais tradicionais.
- É permitido o tráfego de quaisquer tipos de embarcação, desde que atenda às normas da Marinha, contribuindo ao atendimento da Meta 3 do PAN dos Pequenos cetáceos.

Importante reafirmar que todas essas recomendações foram criadas para a região estuarina aonde ocorre a presença constante do boto-cinza (*Sotalia guianensis*). No caso da APAMLS não haveria necessidade de criação de normas específicas para o controle da velocidade de embarcações, bem como, para a conduta de aproximação de embarcação em relação ao turismo de observação de cetáceos, uma vez que já existe regulamentação federal com essa finalidade (Lei nº 7643/87 e Portaria MMA nº 117/96). Independente disso, indicamos a necessidade de atenção para o zoneamento da APAMLS, uma vez que o turismo de observação de cetáceos poderá ser organizado e praticado no futuro na região.

Nesse sentido, é indispensável também que pesquisadores e administradores de unidades de conservação tenham conhecimento das características dos seus visitantes, tanto para elaborar estratégias de manejo quanto para tornar satisfatória a experiência turística (FILLA & MONTEIRO-FILHO, 2009). Cuidados devem ser tomados na presença dos animais e uma atividade constante de conscientização deve ser realizada com pessoas da comunidade e turistas, visando a otimização da atividade turística e a conservação do boto-cinza e de seu habitat (FILLA, 2009).

Schindwein *et al.*, (2011) realizaram um estudo sobre as atividades de observação do comportamento do boto-cinza como subsídio para o turismo científico no Parque Estadual Ilha do Cardoso concluindo que as técnicas testadas podem servir de subsídio para elaboração de futuros roteiros ecoturísticos naquela Unidade de Conservação e em outros locais de ocorrência da espécie, envolvendo não somente os visitantes ocasionais e os guias de turismo, como também a visitação agendada por escolas tanto de ensino fundamental e médio como de nível superior.

Com relação ao turismo de mergulho autônomo, o qual se relaciona ao mergulho contemplativo, sem finalidade de pesca, indica-se a necessidade de ordenamento e regulamentação da sua prática visando dar segurança aos seus praticantes, bem como proteger as áreas da APAMLS em que são praticados. Quanto à pesca subaquática, além da exigência da Licença de Pesca Amadora, é importante que sejam respeitadas as regulamentações para esta prática no território, em especial as ilhas costeiras em que é permitido.

Importante registrar que o município de Cananeia possui legislação específica relacionada ao turismo náutico. A Lei nº 2.129/2011 regulamenta as atividades com fins comerciais de turismo, lazer e esporte náutico no município considerando as seguintes atividades de turismo náutico: I - turismo de passeio; II - turismo recreativo; III - turismo náutico de pesca esportiva embarcada; IV - turismo de observação de cetáceos. A referida lei define que a exploração de atividade de turismo náutico será desenvolvida após expedição do competente Alvará de Licenciamento de Atividade de Turismo Náutico – ALAT que será expedido apenas em nome da embarcação para um período máximo de 01 (um) ano.

3.3.5.8.3 Ecoturismo

Apesar de representarem ameaças se praticados de maneira desordenada e irregular, algumas atividades também representam potencialidades para a gestão e usos sustentável da APAMLS, devido às características ambientais e demanda das práticas que podem ser observadas, desde que adotados hábitos de baixo impacto. Neste sentido pode-se citar a prática de ecoturismo, seja de base comunitária, para práticas de esportes ou com fins educativos e pedagógicos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Segundo ALMEIDA (2008), no município de Ilha Comprida as opções ecoturísticas são numerosas, mas a completa falta de planejamento para a gestão e promoção adequada limita a realização de alguns esporádicos passeios, tais como:

- a) Safári fotográfico de aves: a Ilha Comprida, como uma das quatro áreas de maior diversidade de aves migratórias da América do Sul, apresenta grande potencial científico;
- b) Praias do Boqueirão Sul: no extremo sul de Ilha Comprida, que constituem belos cenários do litoral sul, de onde se avista também parte do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, pertencente à Cananeia, eventualmente, se observam golfinhos;

- c) Praias do Extremo Norte: nas praias desertas do extremo norte, frequentadas por pescadores amadores, observam-se muitas aves e paisagens como as dunas do Araçá;
- d) Praias do Boqueirão Norte: as praias mais frequentadas pelos turistas situam-se na porção central da Ilha, onde estão concentrados os quiosques e acontecem os eventos de férias organizados pela Prefeitura Municipal.

O levantamento realizado por Almeida e Suguio (2010), mostra que a falta de planejamento que deveria ser direcionado a proteção e monitoramento deste atrativo poderá causar impactos futuros ao ambiente, contudo os mesmos autores rebatem que a realização de atividades educacionais em manguezais poderia criar formas de proteção e também serviria como alternativa socioeconômica para as comunidades de pescadores e coletores de crustáceos.

A proposta de ecoturismo integrado à arqueologia poderá melhorar a situação socioeconômica das comunidades locais e ajudará a divulgar informações sobre o patrimônio pré-histórico existente nos municípios que integram a planície costeira de Iguape, Cananeia e Ilha Comprida, para melhor preservação (ou conservação) através de atividades educacionais. Além disso, a comunidade local poderá colaborar na fiscalização desses sítios (ALMEIDA, 2008). Enquadra-se nesse caso a Ilha do Bom Abrigo, cujo potencial de exploração turística sustentável já foi mencionado anteriormente.

Em relação a observação de aves, Portaria Normativa FF/DE nº 236/16 dispõe sobre procedimentos para realização da atividade de Observação de Aves nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal. O plano de manejo da APACIP permite a aproximação a ninhais somente para observação de aves e pesquisa. Nos casos de observação, deve ser feita em silêncio e é recomendada a presença de monitor ambiental ou condutor de turismo embarcado. É permitido ainda, o desembarque na coroa, preferencialmente quando as aves migratórias não estiverem presentes e com a presença e orientação de monitores ambientais. A APACIP cadastrará as embarcações de turismo que utilizem esta área. Os guias de turismo embarcado, os monitores ambientais e os condutores de outras embarcações deverão realizar o monitoramento da atividade, em procedimento a ser estabelecido junto ao APACIP (ICMBio/MMA, 2016). Essas medidas também podem ser adaptadas e inseridas dentro do zoneamento da APAMLS.

Finalmente, o Plano de Manejo da ESEC Tupiniquins (ICMBIO/MMA, 2008) propõe o planejamento por área de atuação as seguintes medidas relacionadas ao turismo:

- Identificar, em conjunto com instituições parceiras, áreas com potencial para atividades de ecoturismo, observação de aves, turismo em alto mar, turismo de aventura e turismo histórico-cultural na região;
- Apoiar a capacitação de condutores, pilotos, guias turísticos e monitores ambientais com relação à conduta em ambiente aquático e marinho;
- Apoiar a realização de eventos que valorizam a cultura caiçara, a cultura pescadora e a relação do homem com o mar, como a Festa do Mar em Cananeia, Festa do Divino em Itanhaém, Festa dos Frutos do Mar na Ilha Comprida e Revelando São Paulo em Iguape;
- Apoiar projetos que incentivam o turismo sustentável na região, como o Projeto Polo Turístico do Lagamar da SOS Mata Atlântica e outros.

3.3.5.8.4 Turismo Comunitário

Outra vertente de uso público a ser fortalecida é o turismo de base comunitária, já em curso na região da APACIP e que começa a ser assimilada por moradores tradicionais como benéfica à geração de renda e visando a exploração saudável do ecoturismo e o envolvimento socioeconômico das comunidades na sua diversidade cultural e social (ICMBio/MMA, 2016).

Nesse caso, a contribuição para o planejamento da APAMLS diante de futuros cenários poderá vir do já citado participativo de identificação, planejamento de ações e resolução de problemas que viabilizou o ordenamento da visitação pública na comunidade do Marujá e subsidiou a formatação de diretrizes e atividades do Plano de Manejo do PEIC, além de outros regulamentos gerenciais.

Sem dúvida, esse modelo de gestão poderá ser adaptado e incorporado no programa de gestão da APAMLS para que futuramente possa ser implantado de forma gradual e participativa em todo o seu território.

3.3.5.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta perspectiva apresentada, verifica-se que a área de estudo necessita de grandes investimentos para alcançar seu pleno desenvolvimento socioeconômico, porém esta busca deve ser direcionada às características locais e desenvolvimento sustentável da região. Aliado ao desenvolvimento socioeconômico, a conscientização da população acerca da importância ambiental com a finalidade da conservação de seus recursos naturais e patrimônio histórico (DIAS & DE OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, devem priorizar pesquisas necessárias à normatização e monitoramento no território, destacando-se os temas ligados ao turismo, bem como, promover estudos diagnósticos e prognósticos acerca do turismo, destacando estudos de capacidade suporte (ICMBio/MMA, 2016).

Torna-se extremamente necessário incentivar que as atividades de turismo sejam acompanhadas de monitores ambientais ou profissionais aptos (ICMBio/MMA, 2016), de acordo com resolução SMA nº 32/1998, que regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas Unidades de Conservação do Estado, e com a Lei Federal nº 8.623/93 e o Decreto nº 946/1993 dispõem e regulamentam a profissão de Guia de Turismo, incluindo a atividade de “condutor de turismo” que recentemente passou a ser reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Importante frisar que existe a urgente necessidade de revisão da resolução citada, pois a mesma encontra-se desatualizada em relação à legislação federal, o que muitas vezes torna inviável que profissionais locais regulamentados pelo Ministério do Turismo e Secretaria de Estado do Turismo atuem em Unidades de Conservação, uma vez que não atendem as especificações da resolução SMA nº 32/1998. Acreditamos que dessa maneira a APAMLS poderá incentivar que moradores locais, inclusive de comunidades tradicionais, atuem como guias regionais, condutores de turismo de pesca e/ou condutores de turismo de aventura.

Finalmente, como prevê o plano de manejo da APACIP indicamos que se deve incentivar o turismo de base comunitária (ICMBio/MMA, 2016) como forma prioritária de se promover práticas capazes de gerar subsídios sociais e econômicos para o enraizamento do turismo sustentável em toda a região. Ressalta-se que conforme mostram experiências internacionais as terceirizações visando a alcançar o equilíbrio financeiro das Unidades de Conservação por meio, principalmente, da exploração do uso público, podem trazer consequências negativas para os três elementos do ecoturismo: conservação do meio ambiente, conscientização ambiental dos visitantes e envolvimento da comunidade local (MATHEUS & RAIMUNDO, 2015).

3.3.5.10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. R. Turismo sustentável na planície costeira de Cananeia-Iguape e Ilha Comprida (SP). 196 f. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental. Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Universidade de Guarulhos, Guarulhos: 2008.
- ALMEIDA, J. R.; SUGUIO, K. Caracterização geoambiental dos manguezais brasileiros e suas potencialidades para o ecoturismo. *Revista Nordestina de Ecoturismo*, p.5-19. 2011.
- ALMEIDA, J. R.; SUGUIO, K. Potencialidade geoturística das dunas eólicas da Ilha Comprida - Estado de São Paulo. *Geociências*, p.473-484. 2012.
- ALMEIDA, J. R.; SUGUIO, K. Turismo sustentável na planície costeira de Cananeia-Iguape e Ilha Comprida (SP). *Revista Acta Geográfica*, p.143-158. 2010.
- AMEND, M. R. Avaliação da oferta e demanda turística na comunidade da Barra do Superagüi (PR): subsídios para o desenvolvimento de um ecoturismo de base comunitária. 139f. Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais. Curso de Pós-graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2001.
- ARAKAKI, K. R. Os aspectos socioeconômicos do território caiçara da comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso – SP, Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, v.2, nº 47E. Costa Rica: 2011.
- ARARIPE, C. A.; FIGUEIREDO, P. J. M.; DEUS, A. S. Zoneamento de APA. Preocupação com capacidade de Suporte ou garantia da ação antrópica capitalista? O Caso de Ilha Comprida, Litoral Sul de São Paulo. In: Encontro Nacional da ANPPAS, 4, Anais. Brasília: ANPPAS, 2008.
- BECEGATO, J. L. Impacto ambiental antrópico na APA (Área de Proteção Ambiental) da Ilha Comprida (SP), da Pré-História à atualidade. 111 f. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental. Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Universidade de Guarulhos. Guarulhos: 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G. Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. *Revista do Instituto Florestal e IF. Série Registros*: p.39-49. 2008.
- CAMPOS, W. W. Análise e mapeamento da estrutura da paisagem da Ilha Comprida, no litoral sul de São Paulo. 167 f. Dissertação de Mestrado em Geografia Física. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013.
- CANANEIA, (Município). Prefeitura Municipal de Cananeia. s.d. Disponível em: < http://www.cananeia.sp.gov.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=2 >. Acesso em: 10 de novembro de 2016.
- CARVALHO, D.; BARRELLA, W. Estrutura Turística Envolvida na Pesca Desportiva da Região Sul de São Paulo. *Turismo em Análise*, p.185-198. 2004.

CHABARIBERY, D. et. al. Desenvolvimento sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape: diagnóstico das condições socioeconômicas e tipificação dos municípios. *Informações Econômicas*, v. 34, nº 9. São Paulo: 2004.

CHOI, H. C; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, nº 27, p. 1274-1289. Elsevier, 2006.

CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente. Plano de manejo do Parque Estadual Ilha do Cardoso, fase 2. São Paulo: 2001.

CORREA, S.; LIMA, M. N. Enseada da Baleia luta para se recuperar de destruição causada por barco turístico. *Jornal Viva Gente*, p. 8-9. 2016.

CUNHA-LIGNON, M.; MENGHINI, R.P. Estudos de Caso nos Manguezais do Estado de São Paulo (Brasil): Aplicação de Ferramentas com Diferentes Escalas Espaço-Temporais. *Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management*, p.79-91. 2009.

DALL'AGNOL, S. Impactos do turismo X comunidade local. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, nº 7, 2012, Caxias do Sul. Anais. Programa de Pós-graduação em Turismo - Universidade de Caxias do Sul, 2012.

DIAS, R. L. Zoneamento geoambiental da região do litoral sul do Estado de São Paulo como subsídio ao uso e ocupação das terras: um estudo de caso dos municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananeia. 204 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2012.

DIAS, R. L., OLIVEIRA, R. C. Caracterização socioeconômica e mapeamento do uso e ocupação da terra do litoral sul do Estado de São Paulo. *Soc. e nat.*, p.111-123. 2015.

DURAN, L. D. Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo. Tese de Doutorado em Arqueologia. Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: 2008.

FANDÉ, M. B.; PEREIRA, V. F. G. C. Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. *REGET*, p.1170-1178. 2014.

FILLA, G. F. Desenvolvimento do Turismo náutico e a sua ligação com a observação do Boto-Cinza (*Sotalia guianensis*) na Região de Cananeia, Litoral Sul do Estado de São Paulo. *Turismo em Análise*, v.20, nº2, São Paulo: 2009.

FILLA, G. F. Monitoramento das interações entre o boto-cinza, *Sotalia guianensis* (van Bénédén, 1864), e atividades de turismo no Complexo Estuarino-Lagunar de Cananeia, litoral sul do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Biológicas/Zoologia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2008.

FILLA; G. F.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. A contribuição do olhar e da percepção do turista na conservação de áreas naturais: o turismo de observação do boto-cinza na região de Cananeia (SP). *OLAM – Ciência & Tecnologia*, p.243. 2009.

GUIMARÃES, R. S. A arqueologia em sítios submersos: estudo do sítio depositário da enseada da praia do farol da Ilha do Bom Abrigo – SP. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: 2009.

HENRIQUE, W; MENDES, I. A. Zoneamento ambiental em áreas costeiras: uma abordagem geomorfológica. In: GEARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (Orgs) Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de geografia contemporânea. Rio Claro: 2001.

HOPPEN, R. C. H; SCHIRIGATTI, E. L.; TROCOLLI, I. R. Potencial de exploração dos atrativos de Ilha Comprida (SP) sob a ótica de representantes do turismo local. Caderno Virtual de Turismo, p.30-45. 2013.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Estação Ecológica dos Tupiniquins. Brasília: 2008.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de ação nacional para a conservação dos mamíferos aquáticos: pequenos cetáceos. Brasília: 2010.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de ação nacional para conservação dos mamíferos aquáticos: grandes cetáceos e pinípedes: versão III. Brasília: 2011.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo APA Cananeia Iguape Peruíbe. Brasília: 2016.

ILHA COMPRIDA, (Município). Prefeitura Municipal de Ilha Comprida. 2016. Disponível em: <<http://www.visiteilhacomprida.com.br/>>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

JUNIOR, I. C.; RODRIGUES, D. F.; FIGUEIREDO, L. A. V. Percepções Ambientais e Narrativas Visuais da Transformação da Paisagem e suas Relações com o Turismo na Ilha Comprida (SP). Revista Brasileira de Ecoturismo, p. 634-651. 2016.

LIMA, C. O.; OLIVEIRA, R. C. Os processos de erosão e progradação no município de Ilha Comprida- SP. Revista Geonorte, p.902–915. 2012.

LUCIO, C. F. Natureza e Cultura como commodities: um estudo antropológico sobre três iniciativas de empreendedorismo étnico de cunho sustentável na comunidade quilombola do Mandira, Cananeia/SP. 599 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2013.

MACHADO, I. C.; MENDONÇA, J. T. Gestão pesqueira participativa do Complexo Estuarino-lagunar de Cananeia, Iguape e Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Eds.). Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4, p.79-98. Brasília: 2007.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: 2009.

MARINHO, M. A. Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP). 175 f. Tese de Doutorado em Geografia Física. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. O envolvimento das comunidades locais nas políticas de uso público em áreas protegidas no Estado de São Paulo. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos /ABET, p.45-54. 2015.

MENDONÇA, J. T. Caracterização da pesca artesanal no litoral sul de São Paulo. Bol. Inst. Pesca: p.479-492. 2015.

MOAES, H. M. T.; LIGNON, M. C. Caracterizando os Visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP): subsídio para o planejamento de atividades turística-educacional em áreas de manguezal. Revista Brasileira de Ecoturismo, p.648-665. 2012.

MORAES, M. B. R. Área de proteção ambiental – APA como agência de desenvolvimento sustentável: APA Cananeia- Iguape - Peruíbe/ SP. São Paulo: Annablume, 2004.

NIEFER, I. E. Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: marketing como um instrumento para um turismo sustentável. 237 f. Tese de Doutorado em Ciências Florestais. Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2002.

OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré. 153 f. Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo. Universidade Estadual de Santa Cruz / Universidade Federal da Bahia, Ilhéus: 2008.

OLIVEIRA, F.; REZENDE, F.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. O desenvolvimento de atividades de educação ambiental e capacitação de estudantes como alternativa para a conservação de cetáceos no Brasil. In: Reunião de Especialistas em Mamíferos Acuáticos de América del Sur., 9, Anais, p. 95. Buenos Aires: 2009.

OLIVEIRA, I. S. S.; OLIVEIRA, D. C.; GOMES, L. J.; FERREIRA, R. A. Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. Caderno Virtual de Turismo, p.46-55. 2008.

OTT, W. Environment indices: theory and practice. Michigan: Arnn Arbor, 1978.

PRETTI, V. Q. Os recursos naturais e culturais dos municípios de Iguape e Cananeia: um estudo das relações do turismo como forma de desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. 111 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro: 2008.

QUEIROZ, O. T. M. M.; PONTES, B. M. S. O (re)arranjo de Iguape e Ilha Comprida sob o advento do turismo e da exploração dos recursos naturais. In: LEMOS, A. I. G. (Org). Turismo: impactos socioambientais. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

REDE CAIÇARA DE TURISMO COMUNITÁRIO. 2016. Disponível em: <<http://redecaicaradeturismo.com.br/>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

- REIS, D. A. F.; KOVACSICS, L.; PONTES, M. L. S.; CUBAS, A. N.; ALENCAR, J. C. Foles e Cambriú. In: CHIQUINHO, C. R. (Org.) Saberes caiçaras: a cultura caiçara na história de Cananeia. São Paulo: Editora Páginas e Letras, 2007.
- RIBEIRO, J. P. N.; PEREIRA, A. L. C. Subsídios para a recuperação ambiental e ordenamento dos usos da Ilha do Bom Abrigo/Cananeia – SP. Cananeia: Bioaustral, 2015.
- RODRIGUES, A. A. B. Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- RUSCHMANN, D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente - Coleção Turismo. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 1999.
- SÃO PAULO, (Estado). Plano de Ordenamento das Atividades da Cadeia Produtiva da Pesca Amadora nas APAMs do Estado de São Paulo. Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Florestal, 2015.
- SÃO PAULO. (Estado). Diagnóstico participativo APA Marinha do Litoral Sul e ARIE Guará. São Paulo: Fundação Florestal, 2015.
- SCHINDWEIN, M. N.; AKAKI, A. T.; LAGANARO, N. M. Atividades de observação do comportamento de *Sotalia guianensis* como subsídio para o Turismo Científico no Parque Estadual Ilha do Cardoso - Cananeia (SP). Revista Brasileira de Ecoturismo, p.196-207. 2011.
- SCHNITMAN, T. População tradicional, adaptações culturais e o ecoturismo. Revista Brasileira de Ecoturismo, p.1016-1027. 2014.
- SOUZA, C. R. G. Laudo técnico em resposta ao Ofício no 003/2015 – gco / Ref. IC no 049/08 – GAEMA-VR, encaminhado à Fundação Florestal, mas com citação ao Laudo Técnico sobre a erosão do esporão arenoso, elaborado em 2012 (Processo IG: 11.824/2011). São Paulo: Instituto Geológico, 2015.
- SOUZA, M. R. Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira. 120 f. Dissertação de Mestrado em Ecologia de Agrossistemas. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba: 2004.
- TAKAHASHI, L. Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná. 144 f. Tese de Doutorado em Engenharia Florestal. Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1998.
- TEIXEIRA, D. E.; FREITAS, M. V. G.; SUZUKI, J. C. O Turismo e reprodução do modo de vida na comunidade caiçara de Pedrinhas, Ilha Comprida-SP. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 16, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: 2010.
- TODESCO, C. Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no vale do Ribeira. 208 f. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

YKEMOTO, F. Y. Perspectivas turísticas da Barra do Ribeira. 73 f. Monografia em Gestão de Negócios em Turismo. Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília: 2008.